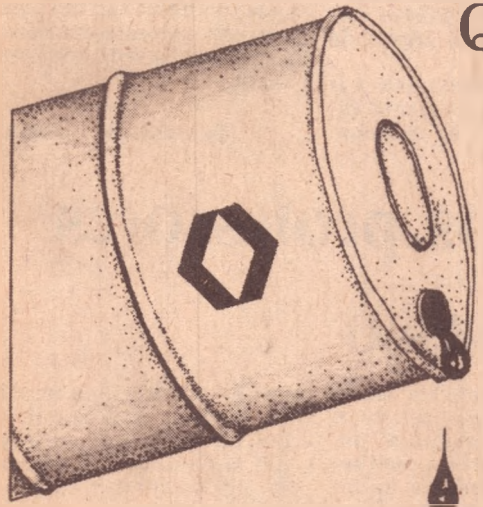


A QUEM SERVE A PETROBRÁS?

TRAMA MULTINACIONAL NA ÁREA DO PETRÓLEO



Quem são os verdadeiros donos do “monopólio estatal do petróleo”? Tomando por base o caso da indústria petroquímica, pode-se reconstituir - em linhas gerais - uma parte da história da própria Petrobrás, desde seus primeiros passos até o governo Geisel. Esta história mostra, em detalhes, como agem os grupos multinacionais e seus parceiros no Brasil. Os principais personagens enfocados são: empresário Ralph Rosenberg, marechal Ademar de Queiróz, Ministro Shigeaki Ueki, Governador Paulo Egydio e Presidente Ernesto Geisel. Sobre o assunto, EM TEMPO publica também uma entrevista com Euzébio Rocha, que denuncia: “Estão solapando a Petrobrás”. Págs. 5, 6, 7 e 8.

Sexualidade feminina não pode. Censurado “Relatório Hite”

Pág. 4



Professores do Paraná fazem governo vacilar

Em um mês, o movimento dos professores do Paraná provoca as primeiras vacilações do governo, depois de greves em 65 municípios e paralisações em 90 escolas da Capital. Todos lembram da grande greve de 1968, quando a categoria conseguiu aumentos de até 100%, impondo suas reivindicações e criando um ponto de referência importante. (Pág. 3)

Pena de morte não pega o operário Jesus Condenado a 20 anos de prisão (sem provas)



O operário Jesus Paredes Soto foi condenado a 20 anos de prisão, quinta-feira, pela 1ª Auditoria do Exército “por ter participado do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em 1970”. No julgamento realizado no Rio, a Promotoria desistiu de pedir a pena de morte como era sua intenção a princípio, e recuou para uma solicitação de 30 anos, contra a defesa, que pedia a absolvição de Jesus (ver EM TEMPO da semana passada).

Só um dos juízes reconheceu sua inocência: o Tenente-Coronel Murilo Burjão. Agora a advogada Eni Moreira vai recorrer ao Superior Tribunal Militar. Não há no processo nenhuma prova de que Jesus estivesse no local do sequestro. Ele próprio nega sua participação. Eduardo Leite, tido como Comandante da operação, em depoimentos que prestou ainda em vida no CENIMAR não mencionava seu nome. Os demais condenados na primeira fase processual afirmam que só vieram a conhecê-lo depois de 1974 quando foi preso em São Paulo. O motorista do embaixador, Marin Hittl, não o reconheceu. Não o reconheceram tampouco as testemunhas que presenciaram os fatos arrolados pela promotoria.

Um só depoimento refere-se a Jesus: o que foi prestado por Manoel Henrique Ferreira, que, posteriormente, perante a mesma Auditoria, confessou ter recebido instruções para isto de oficiais do CODI e da OBAN. Em troca, ele seria posto em liberdade. No mesmo julgamento, considerando que ainda faltam elementos essenciais para sua qualificação, o Conselho da 1ª Auditoria sustou o processo contra Sônia Eliane Lafoz.

Nossa resposta a essa porcaria é não!

Dois mil bancários cariocas, reunidos quarta-feira, em assembleia geral decidiram por aclamação rejeitar em bloco e sem discutir sequer, a ridícula proposta dos banqueiros às suas reivindicações.

O único orador encaminhou a decisão. Ocupando o microfone, se dirigiu ao plenário com essa frase: "Nossa resposta a essa porcaria dos banqueiros é não."

A mesa dirigida pelo próprio presidente da Federação dos Bancários, Laércio Figueiredo deu o assunto por encerrado sob aplausos gerais.

Na mesma tarde, de quarta-feira última os bancários haviam se reunido com o representante dos banqueiros, Theófilo de Azeredo Santos, presidente da Federação Nacional dos Bancos. A conversa foi no Sindicato dos Bancários e à saída o presidente da CONTEC, Wilson Moura dizia que a contraproposta havia sido de tal forma vazia que seria inútil levá-la às bases.

Ivan Martins, líder dos bancários do Rio e presidente das comissões de salários, eleito em assembleia geral, por sua vez denunciava a tentativa dos banqueiros de dividir a categoria. "Eles dizem que pagarão um aumento de Cr\$200,00, o que só beneficiará os mais antigos e que trabalhando 6h por dia não tem direito ao auxílio alimentação - nossa grande bandeira de luta."

Os bancários estão reivindicando aquilo que o Tribunal Superior do Trabalho já lhes reconheceu como direito: o auxílio alimentação para os que trabalham além de 8 horas no valor de Cr\$76,00 pagos diariamente, mas os banqueiros só querem pagar Cr\$10,40. "As condições hoje são outras", disse Ivan Martins. A situação política é outra. A categoria tá unida e não vai se dividir.

Wilson Gomes de Moura acrescentou que a posição de toda a liderança sindical é a mesma e que não tem sido escamoteada dos representantes dos banqueiros desde a primeira reunião.

"A greve não está, absolutamente descartada. Nem é uma questão jurídica que possa ser resolvida por decreto. Trata-se de uma questão social e a categoria em suas assembleias pode resolver assumir essa responsabilidade".

Contra proposta

A exigência de reajuste salarial de 60% dos bancários, os banqueiros responderam que só pagarão o índice governamental que vier a ser fixado. Sobre o abono de 20% imediato e não compensado, nada disseram. No caso de morte ou invalidez por assalto ao banco, o prêmio do seguro reivindicado pelos bancários era de Cr\$ 800 mil e os banqueiros disseram que não pagam mais de 400 mil. E que só garantem a estabilidade da gestante 60 dias após o término da licença dada pelo INPS.

A reivindicação era de que esse se estendesse por 120 dias.

A CLT obriga as empresas com mais de 100 empregados a manter creches. Os banqueiros se propõem, no máximo, a fazer parte de uma comissão mista com representantes dos bancários e da DRT, para estudar a montagem de uma creche que ficaria sob a responsabilidade do Sindicato Bancário. A gratificação de Cr\$500,00 que deveria ser paga aos trabalhadores noturnos sem prejuízo do adicional devido, foi negada. A proibição de locação de mão de obra foi negada. A estabilidade provisória por 2 anos para bancários por motivo de casamento foi negada. O feriado do dia 28/8, dia do bancário, foi também negado. A complementação de auxílio doença paga pelo INPS foi negada.

Mobilização

A luta já está a nível interestadual. Na reunião com os banqueiros estiveram além de representantes de 9 sindicatos do Rio de Janeiro, também os representantes de Vitória-ES.

De noite, quando eles ainda estavam presentes, decidiu-se convocar para o dia 28 de agosto próximo, nas escadarias do Palácio Tiradentes - sede do legislativo do Rio - um manifestação chamada "O Dia do Painel" - como os bancários estão chamando o auxílio alimentação. O prazo para o acordo esgota-se a 31/8.

Serviços de produção gráfica. Cortazes, jornais e revistas. Consulte-nos, tel.: 853-6680.

GEREIRARIS

OAB barra delegado do trabalho

Por unanimidade de votos, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio, decidiu que o Delegado Regional do Trabalho, Luiz Carlos de Brito, não pode voltar a advogar. Mesmo depois de ter pago as anuidades atrasadas há 10 anos. Seu cargo, de acordo com os estatutos da Ordem, o incompatibiliza para a profissão. Com essa decisão, Luiz Carlos viu ruiu seu sonho de ocupar a vaga do Tribunal do Trabalho, reservada a advogado no exercício da profissão.

Tudo começou quando o Juiz Flávio Rodrigues Silva, do TRT, comunicou à OAB que era voz corrente que o Delegado do Trabalho queria entrar no Tribunal para ocupar aquela vaga. Isso não era possível, segundo o magistrado, pois seu cargo é daqueles que facilitam, extraordinariamente, a captação de clientela, o que o Estatuto da OAB veta.

A OAB foi investigar e constatou que Luiz Carlos nem tinha comunicado sua nomeação para a Delegacia; e que ainda por cima estava atrasado nos pagamentos das anuidades há 10 anos. Em suma: sua ficha cadastral estava completamente irregular.

De olho na vaga do TRT, o homem correu e pagou. Mas não levou. A decisão final foi a seguinte: "O dr. Luiz Carlos de Brito foi nomeado, após a sua inscrição na OAB, para o cargo de Delegado Regional do Trabalho, sem, entretanto, comunicar tal fato a esta seccional. Assim, comprovada a falta de anotação de sua função pública na ficha cadastral, impõe-se o licenciamento do advogado, uma vez que o cargo público mencionado é totalmente incompatível com a advocacia".

A repressão aos jornalistas em Salvador

Em documento dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo, o corpo de reportagem do Diário de Notícias, em Salvador integrante da rede dos Diários Associados, denunciou uma série de arbitrariedades vigentes na rede matutino, aliadas às péssimas condições de trabalho impostas aos repórteres.

Além das denúncias contidas no documento, o corpo de reportagem do Diário de Notícias faz um apelo aos jornalistas baianos para que "se unam solidamente na luta pelo exercício do jornalismo como responsabilização e dignidade profissional. Apela os para que se unam objetivamente em torno da reativação do nosso Sindicato, em princípio, como única forma de alcançarmos nossos direitos, que se sintetizam no pleno exercício da nossa profissão, com liberdade. Uma consciência de classe se faz urgente para que fatos como estes ocorridos no DN não venham a se repetir em outros órgãos de imprensa".

Entre as denúncias alinhavadas no documento está a fabricação de manchetes

rem atendidas as suas reivindicações, os jornalistas responsáveis pelos documentos foram sumariamente demitidos da empresa, depois de terem realizado uma paralisação de suas atividades, em protesto pela demissão do jornalista Ipojuca Cabral.

Além das denúncias contidas no documento, o corpo de reportagem do Diário de Notícias faz um apelo aos jornalistas baianos para que "se unam solidamente na luta pelo exercício do jornalismo como responsabilização e dignidade profissional. Apela os para que se unam objetivamente em torno da reativação do nosso Sindicato, em princípio, como única forma de alcançarmos nossos direitos, que se sintetizam no pleno exercício da nossa profissão, com liberdade. Uma consciência de classe se faz urgente para que fatos como estes ocorridos no DN não venham a se repetir em outros órgãos de imprensa".

Entre as denúncias alinhavadas no documento está a fabricação de manchetes

"contribuindo para o embrutecimento e a mais feroz ignorância do povo, porque são sempre recheadas de maliciosas insinuações". Além disso, segundo o documento dos jornalistas, a busca da verdade pura ou sem adulteração não vem sendo praticada no Diário de Notícias devido "a forte censura interna".

A situação dos repórteres é a mais precária possível, segundo o documento, além de receberem um salário muito abaixo do nível local, o pagamento atrasa sempre e repórteres passam a trabalhar na empresa visando uma contratação que não receberem pelos serviços prestados. Além disso faltam condições materiais a exemplo de carros para uso no serviço fazendo com que os repórteres paguem do seu bolso as despesas de transporte, ou quando há carros suas condições são tão péssimas que colocam em risco a segurança da vida dos jornalistas.

(Sucursal de Salvador)

A repressão aos professores em Osasco

Quatro professores do Colégio Fernão Dias Paes em Osasco, município da Grande São Paulo, compareceram no último dia 10 à Delegacia de Osasco para prestarem depoimento com relação ao processo contra eles movido pelo diretor da escola, Saburo Matsubara. O diretor e ex-vereador do MDB local acusa Ivan de Almeida, Estilac F. Santos, Antonio Reboças Falcão e Wilson Reis dos Santos: "Por motivos injustificáveis, no dia 6/6/78, fizeram publicar na Folha de SP notícias difamatórias contra o diretor da escola e contra o Colégio". E continua: "No Colégio, espalham outras difamações, fazendo da disciplina escolar um tumulto e desordem total".

As denúncias apresentadas por Saburo Matsubara são, segundo diversos professores, uma medida repressiva, destinada a desencorajar quaisquer tentativas futuras de reivindicação pe-

loso corpo docente da escola (140 professores); seriam o "golpe de misericórdia" somado pelo diretor a uma série de atos repressivos de desonestos, desde que, em maio deste ano, sete professores foram demitidos do Colégio Fernão Dias por terem pedido, através de abaixo-assinado lido na sala dos professores, um diálogo para discutir e encaminhar resoluções, no sentido de que as condições de ensino e trabalho na escola fossem melhoradas. "Quanto à atitude do diretor ao elaborar um abaixo-assinado, desmentindo a denúncia feita pelos professores demitidos (...) sabemos que muitos professores foram coagidos a assinar" (sob ameaça de demissão).

Os alunos não compreendem a preocupação demonstrada por Saburo, em justificar com tanta ênfase uma atitude que apregoa como justa, e terminaram o docu-

mento pedindo uma reunião da diretoria com os demitidos, só que com a participação dos alunos: "...até agora, só professores e diretoria se manifestaram. E a nossa opinião, não é considerada?".

Apesar de haver garantido ao corpo docente que as demissões parariam nos sete iniciais, Saburo aproveitou-se das férias de julho para demitir mais cerca de 20 professores por terem assinado o documento que iniciou o caso. Apesar de toda a repressão existente na escola, que tem 140 professores e mais de 6 mil alunos muitos professores vão participar da assembleia geral da categoria, em São Paulo no dia 19, que vai decidir os encaminhamentos da luta por aumento salarial, podendo até significar a tirada de uma greve de professores.

(Adalberto de Oliveira)

Engenheiros na luta da oposição sindical

Tradicionalmente, a política dos empresários na área de engenharia foi sustentada pelas esperanças de ascensão social dos profissionais liberais do setor (que constituíam a maioria da classe) que tinham na constituição da pequena empresa e da entrada no mercado o parâmetro máximo de suas aspirações.

Porém, algo está mudando. Nas eleições do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, que deverão acontecer de 23 a 25 de agosto, estão inscritas duas chapas: A chapa 1, de situação, visa continuar as gestões do Eng. Amindoneux (desde 1953 na direção do sindicato) que optou por dedicar-se apenas à Federação Nacional dos Engenheiros, da qual também é presidente. Suas bases são engenheiros donos de empresas (principalmente da construção civil) e os altos burocratas do serviço público e gerentes ou diretores da área privada. A chapa 2, de oposição, é expressão do Movimento pró-fortalecimento sindical (lançado em setembro de 1977) formado principalmente por engenheiros assalariados ou profissionais liberais remanescentes.

Então, começa um trabalho de destruição do Julinho, de sua tradição, o fechamento do jornal (o tradicional "O Julinho"), a obrigação dos alunos de usar uniforme, expulsões, pressões e pressões. Mas o Julinho ainda está vivo. Porque você está vivo, Caco. (Marcos Faerman)

capitalismo para dividir seus assalariados e principalmente forçar para baixo os salários. Frente às eleições porém, cerrou fogo na compra de uma nova sede e atribuiu os problemas de desemprego à penetração de técnicos estrangeiros no país.

A chapa 2 tem um posicionamento bem mais claro e centra seu programa em três questões básicas: 1- O compromisso com a classe;

trata das propostas de dissídios e contratos coletivos de trabalho, além do apoio à criação de um DIEESE no estado. Propõem ainda a passagem de 6 para 8 salários mínimos o básico do engenheiro diário. 2- O compromisso com a sociedade: propõem "estudos e debates para o desenvolvimento da Técnica, da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Profissional no país, como forma de buscar uma maior participação dos Engenheiros na busca de soluções para os problemas da Sociedade e de uma visão mais social da Engenharia". 3- Como gerir o Sindicato:

"transformá-lo no desaguardo natural dos debates sobre os problemas da Engenharia, Agronomia, Geologia (categorias abrangidas pela entidade), com a criação de um jornal mensal capaz de refletir a realidade, publicação de textos de caráter opinativo e técnico sobre os problemas da categoria" e, finalmente "...buscar a Liberdade Sindical para uma atuação independente e aprimoramento da representatividade da entidade". (o sindicato possui atualmente apenas 1000 filiados, dos cerca de 8000 profissionais em exercício.) (Sucursal de Porto Alegre)

Uma história gaúcha, chê.

Caro Caco!, li no Em Tempo a sua história. No jornal dizia que um estudante secundarista gaúcho havia sido expulso de sua escola e a escola é o Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Para quem não não é lá de nossa terra, Caco, a palavra Julinho não diz muito. Para um gaúcho, é sinônimo de rebeldia. Porque você, Caco, não é o primeiro Juliano a ser punido por não ser vaquinha de prezepio.

Nos tempos da ditadura getulista, o Julinho era um ativo centro de lutas democráticas. Muito Juliano levou porrada nas masmorras dos torturadores de plantão, naqueles tempos.... Depois, foram os tempos do nacionalismo. E quando julianos escreveram nos muros, jogaram panfletos apanharam, dizendo "O Petróleo

existe e deve ser nosso". São coisas que aconteceram, na qual tantos jovens se jogaram, com todas as consequências que você bem pode imaginar, e quanto...

Mas dá ainda para lembrar as lutas políticas no Julinho, as eleições para o Grêmio, as paredes do colégio pintadas, cartazes colados pelas paredes, meninos de 11, 12 anos aprendendo a viver a democracia, a ouvir as opiniões de uns e outros, a ser.

E era tudo isso que transformava o Juliano num aluno secundarista muito especial. E aqui dá para lembrar as batalhas pela sempre ameaçada gratuidade do ensino, o enterro da lei de Diretrizes e Bases da Educação, as passeatas contra a fome, contra a invasão de Cuba... E aquela massa

de jovens, quantos eram!, de braços dados, indo para os comícios do Largo da Prefeitura, aí em Porto Alegre... Depois, veio 61, a Resistência, o Movimento Estudantil pela Legalidade, e os Julianos lá, ao lado de outras universitários, principalmente os da FEURGS, os aviões voando sobre a capital, as ameaças de bombardeio, histórias que esperam ser contadas algum dia. E 64...

Então, começa um trabalho de destruição do Julinho, de sua tradição, o fechamento do jornal (o tradicional "O Julinho"), a obrigação dos alunos de usar uniforme, expulsões, pressões e pressões. Mas o Julinho ainda está vivo. Porque você está vivo, Caco. (Marcos Faerman)

Passeata contra a censura

Mais de 600 pessoas percorreram na 5ª feira algumas das ruas centrais de Belo Horizonte numa passeata. Com velas acesas e entoando um cântico fúnebre, artistas, intelectuais, estudantes e populares formaram um cortejo carregando um caixão desde a praça Afonso Arinos em frente a Faculdade de direito até a escadaria da igreja São José na avenida Afonso Pena. Eles enterravam a censura.

A manifestação convocada pela associação profissional dos artistas e técnicos de Minas Gerais começou às 17:30 horas com cerca de 200 artistas, que sentados em silêncio e usando tarjas pretas com a inscrição "Pelo fim da censura" velavam um caixão sobre o qual uma faixa: "Aqui jaz a censura".

Aquela que ainda está viva nas mãos dos opressores mas que a partir de hoje morre no coração e na mente dos artistas brasileiros".

As 18 horas com o local tomado por populares, atraídos por aquele estranho velório foi lida conjuntamente um "carta aberta à população" onde se acusa o regime "pelo estrangulamento das possibilidades de produção que sobram aos artistas através da ação retrógrada e repressora da censura, ferindo os princípios universais dos Direitos do Homem", contribuindo para que "nosso homem perca a sua identidade".

Em seguida à leitura do manifesto iniciou-se a passeata-proissão passando pela avenida Augusto de Lima e rua Espírito Santo, arrebanhando no seu per-

curso centenas de populares que voltavam do trabalho, muitos sem entenderem bem o que estava acontecendo: "Quem foi que morreu?", "Mataram mais algum estudante?". A maior parte, no entanto, estava mais apreensiva pela possível chegada da polícia, que desta vez não apareceu, talvez por não esperar que a manifestação ganhasse as ruas.

No pátio da Igreja São José foi largado o caixão e encerrada a manifestação que marcou o início da jornada contra a censura a ser realizada a nível nacional com término em Belo Horizonte com a "semana do proibido", onde serão exibidas peças teatrais, filmes, poesias e músicas vetadas pela censura, durante a primeira semana de setembro.



MARINGONI

FINAIS

BIOMÉDICO/ Crescem os protestos contra a regulamentação da profissão de biomédico, que está em tramitação no Congresso Nacional, e que desconsidera todas as outras profissões da área (biologia, bioquímica, farmácia, etc.). Enquanto prosseguem as greves em grande parte das faculdades da área em todo o país, foi apresentada uma proposta no VII Congresso Brasileiro de Análises Clínicas, realizado em São Paulo, de paralisação por três dias das atividades de todos os laboratórios de análises clínicas do Brasil, caso não se recue no atual processo de regulamentação da profissão de biomédico.

ROMANCE/ Foi lançado em São Paulo o livro de Jesse Navarro Júnior, "A Voragem dos Moribundos", que em suas 126 páginas trata de dez estórias que têm como pano de fundo um lugarejo.

Arari, que pode ser o principal ou o fim de tudo.

CANDIDATO/ O próximo dia 25, em São Paulo, o lançamento público do comitê eleitoral de Geraldo Silveira Filho, candidato a deputado estadual e membro da diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, em 1976 e 1977.

ARQUITETURA/ Todos os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Braz Cubas, de Mogi das Cruzes, estão em greve, reivindicando a suspensão do currículo imposto pela direção da escola durante as férias, propondo um método democrático de elaboração de um novo currículo e exigindo a readmissão de todos os professores afastados ou suspensos arbitrariamente. Além disso os estudantes exigem o congelamento das mensalidades, aumentadas irregularmente.

SEMANÁRIO/ Vai ser lançado ainda este mês, com sede no Rio, mais um semanário, de circulação nacional: o "1900". O jornal, destinado a venda em bancas, vai ter uma tiragem inicial de 100 exemplares. No seu manifesto de lançamento, "1900" coloca que: "Política e cultura devem fugir à fórmula refeiçã/sobremesa e o tratamento deve romper a linguagem circular e a lógica estabelecida. Assim, temos uma questão, mais que uma proposta, editorial. E essa questão representaria a distância entre o que pretendemos e o resultado de sua inserção no quadro da imprensa".

CONVERGÊNCIA/ Nos próximos dias 19 e 20, em São Paulo, a I Convenção Nacional da Convergência Socialista. Na pauta a política eleitoral e a plataforma a ser levada e apoiada pelo movimento.

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão

Idade..... Endereço

Fone..... Cidade

End. Comercial

Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. Fone 853-6680.

At' al Cr' 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO Aulio Marques, Alvaro Gádas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Marques, Guan, Jorge Baptista, Marcio Berbas, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Font, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Pantuf.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira

Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges

Editor: Germi Jorge Baptista

EDITORIAS: Interacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos (colunista), (colunista), Aulio José Marques, Atila: Moreira, Debille (colunista), Cláudio Cândido, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Maria Cristina

EM TEMPO: deros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo; Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administrador), **Belo Horizonte:** (R. Bernardo de Guimarães, 1884), Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilela, Ricardo Rabelo, Sérgio Assapan, Virginia Pinheiro (redação), Maria Araújo, (administrador), Curitiba (R. José José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá), Paulo Sá Brito, Reinaldo Arem, **Porto Alegre:** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20), Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Soza (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Font, **Salvador:** (Av. 7 de setembro, 202 - s/501) Adélio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, **Rio de Janeiro:** (R. de Lapa, 200 s/408), Adauto Novas, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardozo, Clotilde Haselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcice Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Auran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Oriundo Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Straglia, Sueli Caldas.

Recife: Alfredo Maria Camilo de Souza, Tomé

Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Queiroz, Silvestre Prado, Rubens Adorno.

SUCURSAL: Brasília - 1035 - Fátima Maristela, s/1103; Luiz Carlos Marina Juarez, Recife (R. Antônio Falcão, 121 - Friaças) Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenadora), Evad Navarro, Paulo Santos, Restabe Scatru, Ariana Me-

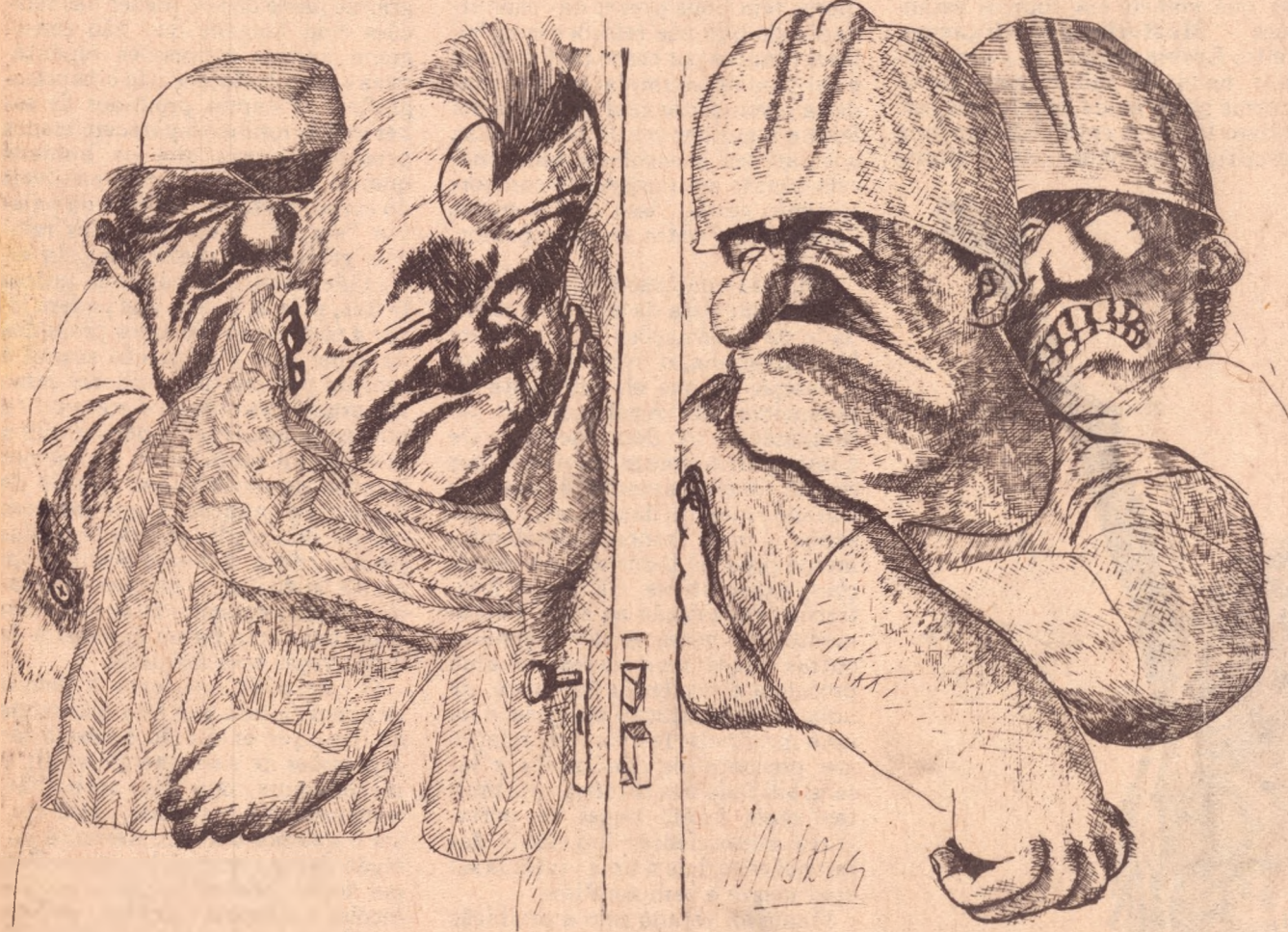
SECRETÓRIOS: Aracaju (SE): David Dantas, **Campanha:** (SP): Fátima Barbosa, Rinaldo Barros, **Florianópolis:** (SC): Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelfino, **Fortaleza:** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saravia Jr., Vinctio de Araújo (administração e distribuição), **João Pessoa:** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos, **Maná:** (RN): Clóvero Correia, Francisco de Assis, **ADMINISTRAÇÃO:** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccini (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Adélio Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres

EM TEMPO é uma publicação de Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mathews Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Metalúrgicos BH-Contagem

“A Oposição Sindical não pode firmar-se em alicerce de areia”



Um grupo de operários que participa ativamente da Oposição Sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, derrotada nas eleições recentes para o Sindicato da categoria, escreveram para EM TEMPO um balanço do pleito. Eles falam dos ganhos que tiveram, dos erros que cometeram e dos limites de consciência que a classe trabalhadora apresenta hoje. Comentam também a esperança que pelo menos os 2.976 eleitores que votaram na chapa da Oposição enxergam, “pois já estão cansados da paradeira tremenda dos últimos anos e os salários inferiores ao custo de vida”. E apontam, finalmente, os rumos do movimento: “é necessário voltar ao trabalho no interior das fábricas e criar grupos e comissões de fábrica, unir as fábricas em suas reivindicações comuns e aproveitar os espaços dentro do sindicato nos momentos mais importantes da vida sindical”.

Balanço da campanha eleitoral

A Oposição Sindical fez um bom trabalho de propaganda. Entregou de mão em mão nas portas das fábricas grandes e médias o jornal PÉAO e diversos boletins. Do jornal foram tiradas quatro edições. Todas as fábricas de maior porte da região de Belo Horizonte e Contagem, base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos, foram atingidas várias vezes. O mesmo aconteceu na maior parte das pequenas fábricas, inclusive seralherias e automecânicas de seis a oito operários.

Estes contatos facilitaram para a Oposição Sindical inúmeras conversas de porta de fábrica. A partir destes contatos a oposição sindical pôde formar uma idéia clara da situação da categoria metalúrgica de Contagem e Belo Horizonte. Situação que foi confirmada pelos números da votação.

A Oposição Sindical tem que ser realista e partir desta realidade constatada sem querer falseá-la com entusiasmo e assim evitar que o seu trabalho seja construído sobre alicerce de areia.

Situação dos metalúrgicos em Contagem e BH

Uma grande parte dos metalúrgicos da região, representada pelos 5.882 votos obtidos pela situação nas eleições sindicais de julho, e uma outra parte ainda maior dos metalúrgicos, formada por aqueles operários que não são sindicalizados, vivem ainda num ambiente de medo, ceticismo, desânimo, individualismo, baixo nível de consciência e desconhecimento do papel do sindicato. Como fruto de tudo isto o que se tem é a desunião profunda da classe.

Existe o medo de assumir atitudes de luta, de reivindicação, por causa das represálias que em geral acompanham e seguem cada uma das iniciativas de luta dos operários. Estas represálias são constatadas com frequência e os operários fazem os seguintes comentários a respeito: “um companheiro dá as caras, seu salário é congelado. Não tem mais aumento.” ou então: “protestou, é dispensado.”

Frases como estas a Oposição Sindical ouviu com frequência. E ouviu outras que retratam o quadro de ceticismo e de desânimo de setores da classe. Por exemplo: “Se vocês querem o sindicato, vão roubar como que estão aí, dá na mesina. Deixa como está que eles já

tem os bolsos cheios”. Ou ainda: “o operário é desunido, tem que levar é ferro.” Referindo-se à Oposição vários operários diziam: “a plataforma de vocês são palavras de eleição. Depois não vão fazer nada”. Nessa mesma linha, também foi dito o seguinte: “A Oposição é desconhecida. Só agora em tempo de eleição é que aparece.” O ceticismo e o desânimo também se revelaram fortes da seguinte maneira: “não adianta lutar enquanto o militarismo estiver mandando”, ou então: “ninguém pode fazer nada num sindicato atrelado”.

O individualismo

Muitos metalúrgicos sonham em sair da classe operária. E o sonho de por um carro na praça, ou um boteco ou uma mercearia, ou “até um carrinho de laranja e pé-de-moleque”, que de acordo com a opinião de muitos operários “dá mais que o trabalho em fábrica”.

Também o sonho de ser encarregado ou chefe é muito presente. Muitos acham que “quem estuda vai em frente. O burro deve levar ferro.” Quais são as causas dessa situação?

1- O fracasso da greve de outubro de 1968 em Contagem, com a repressão que se seguiu, fracasso que é recordado pelos operários que tem mais de 10 ou 15 anos de fábrica. Aquela foi uma greve preparada por poucos, em que muitos sofreram as consequências.

2- Quatorze anos de regime autoritário com uma propaganda maciça de progresso, individualismo, lucro, ao mesmo tempo que sufoca a organização operária, sufoca o operário com salários baixos, desemprego prisão, ameaças.

3- Esta situação de grande parte da categoria metalúrgica é reforçada e agravada pela traição de uma diretoria sindical, que além de esvaziar o sindicato nestes anos passados, anestesia os associados com uma assistência médica paternalista e, além de tudo, ineficiente, fraca. Durante as eleições sindicais de julho passado, uma ambulância se tornou um cabo eleitoral poderoso da situação. Em cada jornal que a diretoria do sindicato soltava aparecia a ambulância, de frente, de lado, inclinada. Além disso, o que fez a atual diretoria? Festas e competições esportivas. Agora ela vem com a promessa de um clube para o metalúrgico sindicalizado. E ainda por cima, acrescentou, durante a campanha eleitoral, a mentira de que a Oposição Sindical acabaria com isso tudo, que a Oposição acabaria com o empréstimo da Caixa Econômica administrado pela diretoria do Sindicato, que age como intermediária.

4- Esta situação até agora analisada não é geral. Talvez ela retrate o que acontece com a maioria da categoria. Existe uma outra parte, representada pelos 2.976 votos que a Oposição conseguiu nas eleições sindicais e pelo apoio de muitos operários não sindicalizados, que começam a enxergar uma esperança de novas lutas e conquistas, pois eles já estão cansados da paradeira tremenda dos últimos anos e dos salários inferiores ao custo de vida. A vida se tornou impossível para o operário. A Oposição era acolhida com simpatia a maior parte das vezes por um bom número de companheiros, que manifestavam a revolta contra uma diretoria caracterizada de bichopreguiça.

Isto se tornou bem característico na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, fábrica de onde saíram vários dos atuais diretores, do sindicato, inclusive o presidente, e onde a Oposição Sindical ganhou a eleição nos dois turnos.

A Oposição

A Oposição sentiu desde os primeiros dias a falta de trabalho de base. Seu grande erro esteve em não se lançar imediatamente ao trabalho de aumentar estas bases, que seriam a grande força da campanha. Em lugar de partir para reuniões por fábricas, partiu exclusivamente para a propaganda escrita, distribuição de jornais e de boletins. Em lugar de descentralizar o trabalho e chamar efetivamente os companheiros de fábrica à participação, concentrou o trabalho da campanha em poucos companheiros, que se desdobraram, mas não trabalharam no sentido de fazer participar novos companheiros na campanha.

A Oposição deu mais ênfase às palavras de ordem, multiplicadas em boletins e jornais, sem que surgisse a partir de uma ação mais gradativa e mais educativa. Havia condições para um trabalho de reuniões por fábrica. Escolheu-se um caminho mais fácil, aparentemente mais rápido, mas muito menos seguro e, inclusive, perigoso, pois tende a formar uma cúpula antes de criar as bases.

Para a maioria dos operários, conforme analisamos no início, a campanha da Oposição Sindical pareceu agressiva e pouco persuasiva. Por causa disso, ao longo dos três meses de duração da campanha se criou uma separação entre estes companheiros, que formam a maioria da categoria, e a Oposição Sindical. Até o nome PÉAO, que foi dado ao jornal de campanha da oposição, foi criticado por muitos operários, que simplesmente diziam que nem eram peões, nem queriam se-lo.

O sindicato

A diretoria atual sentiu a força da Oposição, e percebeu que já não pode continuar como tem feito nos nove anos anteriores, período em que a forte repressão impediu o aparecimento de lideranças oposicionistas. A diretoria do sindicato vai mudar a pele sem deixar de ser cobra e assumirá uma falsa abertura e algumas bandeiras da oposição. Já está falando em lançar na próxima assembleia do dissídio uma proposta de não descontar as antecipações salariais pagas durante o ano. Fica claro que daqui em diante a diretoria do sindicato terá que considerar sempre a presença da Oposição Sindical.

Conclusão

É necessário voltar ao trabalho no interior das fábricas. Criar grupos e comissões de fábrica. Sentir em cada fábrica para onde se encaminham os companheiros, quais as lutas mais importantes. Ver em cada fábrica os problemas mais urgentes, alertar os companheiros para estes problemas e organizar a luta nesse sentido. Unir as fábricas em suas reivindicações comuns e aproveitar os espaços dentro do sindicato nos momentos mais importantes da vida sindical.

Governo do Paraná recua com greve dos professores

O movimento salarial dos professores do Paraná completa nesta segunda-feira seu primeiro mês. Escolas de 65 municípios continuaram em greve até o final da semana e surgiram indícios de um primeiro recuo por parte do governo, até então inflexível. Na quinta-feira, um dia antes de terminar o prazo dado pelo governador Jayme Canet Júnior para enquadrar na Lei da Segurança Nacional os professores que não voltassem ao trabalho, o líder do governo na Assembleia Legislativa, Luis Roberto Soares, disse que a ameaça do governador havia sido “mal interpretada”.

Segundo o parlamentar, “o governo continua disposto ao diálogo e jamais teve intenção de ameaçar ninguém”. Além disso, o próprio procurador-geral do Estado, Lellis Correa, voltou atrás na declaração que havia dado aos jornais na quarta-feira e disse que os professores não seriam enquadrados na LSN, apesar de terem feito greve. A surpreendente velocidade com que o movimento se expandiu e o fato de ter ganho as cinco cidades principais do Estado - Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá e Curitiba parece ter sido decisiva nesse recuo do governo, registrando a primeira vitória importante do movimento.

O professorado declarou-se em congresso permanente no último dia 10 e a ameaça de Canet de enquadrar na Lei de Segurança Nacional quem não retornasse às aulas até a última 6ª feira só conseguiu indignar um número ainda maior de mestres, cansados de esperar respostas do governo, até agora mudo quanto às reivindicações. Todos os dias chegavam à Associação dos Professores do Paraná confirmações de novas escolas que estão aderindo ao movimento. Na maioria delas, só faltava a visita da comissão da APP encarregada de esclarecer oficialmente as decisões da Assembleia Geral para se interromper as aulas. O movimento assumiu proporções tão grandes que lembrou aos mais antigos as lutas de 1968, quando conseguiu-se aumentos entre 80 e 100% numa greve estadual.

O professorado declarou-se em congresso permanente no último dia 10 e a ameaça de Canet de enquadrar na Lei de Segurança Nacional quem não retornasse às aulas até a última 6ª feira só conseguiu indignar um número ainda maior de mestres, cansados de esperar respostas do governo.

O governador Canet fez publicar nas primeiras páginas de todos os jornais, no último dia 14, nota oficial “lembando” que “ao faltar à aula, da forma como vem ocorrendo, o professor provoca paralisação parcial do serviço público e contraria disposições expressas no artigo 162 da Constituição Federal: não será permitida greve nos servi-

Depois de um mês, o movimento grevista dos professores do Paraná provoca os primeiros recuos do Governo, diante das paralisadas em municípios e na maioria das escolas da Capital.

“...”. Ao mesmo tempo, a Secretaria da Educação formou uma equipe volante que percorria as escolas divulgando a mensagem do Governo, pressionando para que se suspendesse o congresso permanente de professores e ameaçando de punições os reincidentes. Alguns diretores de escolas não só colaboraram com o governo como foram além, espalhando boatos de que os líderes do movimento já tinham sido “descobertos e presos”.

A estas ameaças, os professores responderam: “não há líderes, o movimento é de todos”. Na verdade, foi inútil pretender que apenas argumentos e boatos provocassem o refluxo de um movimento que já havia esgotado todas as formas de diálogo com o governo. “Cartas e memoriais às autoridades, reuniões e assembleias, denúncias na imprensa, visitas de comissões, nada adiantaram”, disse um professor.

Dez meses

No ano passado, em outubro, após assembleias em muitas cidades do interior, os professores enviaram ao governador suas reivindicações. Na falta de qualquer resposta, encaminharam novo documento no último dia 21 de julho, reivindicando: piso salarial de 5 mil cruzeiros; pagamento aos professores licenciados, por habilitação; realização de concurso; estabilidade; regulamentação imediata do Estatuto do Magistério. Cansados de esperas intermináveis, desta vez deram um prazo, que se esgotou no último dia 5.

Talvez prevendo um total desprezo do governo diante de suas solicitações, os professores vêm discutindo e se organizando desde maio. O atual congresso estadual permanente é o desaguadouro natural desse movimento de base, cujo polo irradiador foi o município de Londrina, no norte cafeeiro, onde instalou-se o congresso perma-

nente no próprio dia 5 do corrente. Kefletindo o grau de organização alcançado através de reuniões entre as comissões de escolas, que reuniram 40 e depois 80 professores combativos, quatro dias após deflagrado o movimento já atingia 18 municípios.

Movimento de união

Na tentativa de luta de uma forma organizatória forte e representativa, criou-se o Movimento de União dos Professores, que batalha pela integração entre as mobilizações do norte, sul e oeste do Estado. A organização do movimento é controlada por uma comissão central de coordenação, formada por três representantes de cada cidade em congresso, que assegura às bases o controle democrático das decisões. Esta comissão conta com apoio de grupos de finanças, divulgação e visita às escolas.

Um professor conta com suas próprias palavras como começou a organização: “Durante o desenvolvimento da assembleia, foi-se organizando comissões. Você vai ali! você vai aqui; sabe como é: independente do sujeito ser daquela escola ou não. Se cabiam cinco dentro do carro, iam todos para uma cidade e conversavam com o pessoal. Quando aderiram ao movimento, tornavam um clube ou outro lugar qualquer da cidade um local permanente do Congresso. E todas as informações desse local eram comunicadas a Londrina.”

Se de um lado os professores contaram com a impassividade inicial do Governo e o repúdio dos vereadores da Arena de Curitiba, que por duas vezes saíram do plenário para não permitir o atingimento do quorum necessário à votação, por outro lado houve ampla adesão por parte de pais e alunos. O que não evitou que o movimento tivesse que enfrentar problemas comuns a outras categorias; em Guarapuava, o membro do Conselho de Representantes dos professores do Paraná, Heráclito Sândalo, que se intitulava representante do Governo, foi expulso de assembleia de 300 professores. Heráclito é o que as oposições sindicais costumam chamar de “pelego”, isto é, um traidor da categoria e bajulador do governo.

(Sucursal de Curitiba)

SALÁRIOS DOS PROFESSORES EM GREVE NO PARANÁ

Remuneração em Cr\$	Nível	Quantidade de professores
7.080	5	5.000
—	4	—
3.948	3	1.000
3.592	2	500
2.553	1	20.000

(Observação: há ainda uma grande quantidade de professores recebendo 1.600 cruzeiros e cerca de 40 mil professores suplementaristas sem qualquer vínculo empregatício e nenhuma garantia.)



Jornalistas querem Constituinte, CGT e Reforma Agrária.

No último dia 12, em Maceió, encerrou-se o XVII Congresso Nacional dos Jornalistas. Estiveram presentes durante três dias mais de 200 profissionais em debates que resultaram no documento “Carta de Maceió” publicado abaixo, na íntegra. Antevendo a contundência do manifesto, a pelegada esteve ausente à solenidade de encerramento.

“Os jornalistas brasileiros, reunidos no XVII Congresso Nacional em Maceió, manifestam sua convicção de que devem se posicionar não apenas quanto aos problemas específicos da categoria, mas também, e principalmente, em relação à grave situação política, social e econômica que inquieta a Nação no momento em que toda a sociedade brasileira, depois de longos anos de arbítrio, movimentada-se para implantar o Estado de Direito no país. Testemunhas da marginalização crescente do povo brasileiro, nós, jornalistas, assistimos e registramos, constrangidos e muitas vezes impotentes, a supressão das franquias democráticas, a usurpação dos direitos elementares do cidadão, o cerceamento da liberdade de pensamento e de informação e a violação dos direitos humanos.”

Não foi apenas o direito de voto que nos retiraram, nem somente a participação política que nos restringiram. Sofremos também a execução de uma política econômica declaradamente concentradora de renda e elitista, sobre a qual a sociedade brasileira não foi consultada. Ao trabalhador interessado, acima de tudo, ter condições de existência digna, o que implica em sa-

lários justos, educação, saúde, moradia, lazer e segurança pessoal, direitos esses ignorados nos últimos anos em prol de um modelo econômico privilegiador de minorias e de uma segurança nacional que não é absolutamente a da população.

Nós, acreditando que a restauração democrática no Brasil é condição essencial para a reorganização da sociedade em bases justas, de forma a atender às aspirações de todo o povo, dizemos que:

— O povo tem que se manifestar livremente através de eleições diretas e secretas, para o que é imprescindível se revoguem todos os atos de exceção, se convoque uma Assembleia Nacional Constituinte e seja concedida anistia para todos os punidos por atividades políticas;

— Enquanto perdurarem as restrições e limitações à liberdade de imprensa, principalmente no rádio e na televisão, ao livre exercício do jornalismo, à liberdade de pensamento e ao direito que a população tem de ser informada, não se viabilizará a conquista do regime democrático.

— É necessário a revogação de toda a legislação que rege a atividade sindical no Brasil, instaurando-se uma organi-

zação livre, autônoma e desvinculada do Estado e com eleições diretas em todos os níveis, sob a égide da Justiça Eleitoral;

— É fundamental reconhecer-se aos trabalhadores o direito de se organizarem numa confederação geral;

— Continuamos esmagados pelo arrocho salarial e a camisa de força do Fundo de Garantia, razão porque seguimos clamando por salário profissional consistente com a nossa dignidade e lutando pela negociação direta entre empregados e empregadoras em torno de salários e condições de trabalho;

— Distribuição mais equânime da terra somente será viável com reforma agrária;

— É imprescindível o controle efetivo das atividades do capital estrangeiro e das multinacionais.

Nós estamos convictos de que as decisões adotadas neste congresso nos identificam com a luta dos demais setores da sociedade numa grande frente pelo Estado democrático. E estamos convencidos, sobretudo, de que só com o atendimento destas condições essenciais se moldará um regime que corresponda às exigências da maioria do povo brasileiro.”

Um veto ao debate da sexualidade feminina

Toda vez que a censura comete alguma baixaria, a curiosidade a respeito do material vetado (ou suspenso, ou recolhido, seja o que for) é grande. Justifica-se: afinal, o que fomos proibidos de ver, ouvir, ler, desfrutar ou saber dessa vez?

Obviamente haverá sempre a minoria conivente - ou iludida - que acredita que o Departamento de Censura da Polícia Federal estará protegendo a população de influências nefastas e estímulos destrutivos, a cada nova proibição. A grande maioria entretanto, sabe ou intui o contrário: se foi proibido, é porque é coisa importante. Se foi censurado, é porque de alguma forma abalava dogmas preconceitos e mistificações úteis à manutenção da ordem e do poder.

Aí, a curiosidade aumenta - curiosidade proporcional ao direito de saber, de ter acesso a todo material informativo e cultural produzido no país e no mundo.

Agora foi a vez de proibirem a circulação do **Relatório Hite** - um estudo feito nos Estados Unidos a respeito da sexualidade, ou melhor: exclusivamente sobre a sexualidade feminina. Uma pesquisa em que três mil mulheres de 14 a 78 anos falam sobre a maneira como obtêm prazer sexual, sozinhas ou acompanhadas. É claro que semelhante perspectiva deve fazer brilhar de volúpia os olhos e as tesouras de todos os funcionários públicos da repressão - pois me parece que a condição essencial para que alguém possa trabalhar a favor da repressão, é a de tê-la já internalizada.

A condição feminina

Mas o que nos interessa aqui não é a psicologia do censor e sim a reflexão sobre o que levou à proibição do livro. Afinal, de que tipo de influência nefasta foram protegidos

os virginais leitores brasileiros com a retirada de circulação do **Relatório Hite**?

Antes de mais nada, foi proibida mais uma tentativa de questionamento da condição feminina. Não é apenas o orgasmo feminino que se discute no livro (embora mesmo se fosse, não seria o caso de dizer "apenas"). Ao relatar sobre a condição sexual da mulher americana, o **Relatório Hite** toda a inevitavelmente em alguns pontos fundamentais da organização da sociedade e capitalista, patriarcal, autoritária: a organização da família por exemplo através da sua influência na vida sexual da mulher. Afinal, é a posição de mãe e estio da família (a célula básica da organização da sociedade etc) que condiciona indiretamente as relações sexuais entre homens e mulheres, assim como a dependência de todos os tipos, das digníssimas esposas em relação a seus maridos. Dependência que camufla uma outra no sentido inverso mas plenamente compatível: o homem e as crianças sobrevivem diariamente graças aos serviços gratuitos que a mulher presta no lar, substituindo uma das funções do Estado e barateando em última instância a mão de obra. Por isso não é exagero afirmar (a autora passa na tangente por esse ponto) que nenhuma "revolução sexual" ou liberação, feminina ou masculina, será completa sem que se alterem radicalmente as bases das relações sociais e - antes mesmo - toda a estrutura da sociedade. Todas essas considerações explicam, ainda que superficialmente, o veto sistemático a obras que se referam à condição feminina tanto quanto política/existencial sexual.

É bom evitar em todo caso a tendência de supervalorizar o livro só porque não temos mais acesso a ele. Entre as diversas mancas da censura inclui-se frequentemente a de provocar barulho inútil ao vetar algumas obras que teriam muito menos repercussão se circu-

lassem normalmente - o que não significa absolutamente que seu trabalho não seja altamente eficaz em relação aos objetivos visados. Em todo caso, apesar da riqueza do material colhido, o **Relatório Hite** resulta numa reflexão o mais superficial possível sobre a sexualidade e os fatores psicológicos e sociais que

a condicionam. A autora limita-se a agrupar os resultados das entrevistas que colheu em tópicos estanques - **Masturbação, Orgasmo, Coito, Lesbianismo** - sem concluir nada de muito novo dessa enorme quantidade de informações. O livro torna-se então basicamente descritivo, e a análise não vai muito

além da exposição dos dados quantitativos obtidos: a maioria das mulheres tem mais prazer na masturbação do que nas relações com homens, tantas por cento preferem tal e tal tipo de estimulação, a verdadeira revolução sexual ainda não foi feita e a mulher continua submissa aos padrões masculinos tanto morais quanto em matéria de comportamento sexual, isso é: dos meios "permitidos" para se obter prazer.

Não são conclusões insignificantes. Mas em vista da enorme quantidade de informações de que Shere Hite dispunha, o livro deixa muito a desejar. O que ele apresenta de potencialmente revolucionário são justamente os depoimentos. Os questionários foram enviados por escrito, anonimamente, e portanto a grande maioria das entrevistadas expôs o mais franca e detalhadamente possível todas as suas sensações, expectativas, hábitos e frustrações em relação ao sexo. Depoimentos às vezes muito ingênuos, outras vezes reveladores de uma profunda consciência feminista, de uma auto-affirmação corajosa e de uma profunda revolta em relação aos preconceitos, limitações e insensibilidade dos homens, que muitas vezes fazem papel de porteiros inconscientes (ou não?) das restrições sociais a uma vivência sexual alegre e sem conflitos.

O que foi vetado com a proibição do **Relatório Hite** foi, por um lado, uma abordagem não mistificadora da vida sexual; apesar da insuficiência da análise, os depoimentos fornecem um panorama muito vivo sobre a sexualidade feminina. Ficamos então proibidos de saber que as mulheres são muito mais sensuais do que demonstram ser, mas que sua sensualidade não tem nada a ver com as poses malabarísticas e as expressões submissas/alucinadas com que as revistas para homens procuram excitar as sensibilidades mais embotadas. Aliás, as mulheres parecem recusar em peso o padrão

de sensualidade que a sociedade de consumo criou, chegando a inibir grande parte do seu prazer nas relações com homens que não conseguem aceitar expressões espontâneas e manifestações não cinematográficas. Ficamos proibidos de saber que as mulheres parecem menos preconceituosas que os homens quanto às possibilidades sensíveis do corpo, levando o sentido da palavra "sexual" mais além das relações genitais estabelecidas pela sociedade patriarcal como as únicas lícitas, pois as únicas que podem levar à concepção. Ficamos proibidos de saber que a excitação sexual é sentida por muitas mulheres como tão prazerosa quanto o orgasmo - o que pode nos levar a pensar que a inibição da excitação a que somos levados desde crianças através de ameaças e punições, é que faz com que na vida adulta grande parte das pessoas sintam o desejo sexual com muita angústia, e procure rapidamente um orgasmo não comoclimax mas como uma forma apressada de descarregar essa angústia.

O que pode nos levar a pensar também (ainda que isso não esteja no livro que excitação e desejo são expressões de uma energia vital, a mesma que nos faz trabalhar, transformar a realidade, lutar contra o que nos oprime. Assim, a inibição dessa energia, levada a cabo por toda "boa educação" familiar escolar e religiosa significa também a inibição, ao nível individual, de um potencial transformador que, nasce com todo ser humano e não se perde durante a vida, mas se reprime de forma bastante eficaz. O que nos leva a pensar finalmente que a proibição desse livro, com a consequente proibição de uma via para toda essa reflexão acima (e muito mais) não se limita à área normalmente designada como a da "moral e costumes". Aliás, como todas as proibições, a censura ao **Relatório Hite** é também parte da repressão política que existe no país. (Maria Rita Kehl)



Os saldos do comício gaúcho

No último dia 11, em Porto Alegre, a Frente Nacional de Redemocratização encerrou mais uma etapa de sua atribulada trajetória: Magalhães ficou definitivamente de fora da candidatura emedebista à Presidência, sepultado pelas vontades populares; a direção moderada do MDB tentando o feitiço começou a voltar-se contra o feiticeiro suspenso pelo momento o ciclo de concentrações que vinha se dando pelo país; e o general Euler apesar de aclamado vitoriosamente como candidato único à convenção do partido, teve que engolir também muitos protestos populares pelos seus desejos em somar a democracia com o golpe de 1964.

Os rumos daqui para frente já se insinuam. Na convenção do próximo dia 23 é bem provável que Euler saia vitorioso, apesar de todas as manobras e boicotes que se articularam desde o Palácio do Planalto no intuito de esvaziar a reunião. Isto conseguido, é de se esperar que a FNR ingresse numa nova fase: para o general Hugo Abreu será a hora de deixar de lado as boas maneiras e passar à ofensiva na conspiração militar, para os autênticos, capitalizando a vitória contra a direção moderada que tanto relutou diante de Euler, será o momento de passarem enfim a exercer uma maior influência na direção da FNR colhendo aquilo que plantaram; e para os setores populares da oposição será a oportunidade de denunciando, como no sul, os limites da FNR, fazê-la avançar abrindo espaço e fustigando a alternativa Figueiredo. Uma semana depois do comício, os repórteres Eleonora Couto, Luci Ayala e Jorge Andrada fazem um balanço das suas repercussões. Eis o relato:

Ao menos em um aspecto, ninguém pode discordar. A concentração da Frente Nacional de Redemocratização, em Porto Alegre, reviveu o clima dos velhos comícios populares, há muito inexistentes no país. A partir de um certo momento ninguém mais sentava e, em pé, o público presente triplicou, seguramente, a lotação de 700 lugares do plenário da Assembleia Legislativa gaúcha.

Antes mesmo da chegada da caravana frentista, o côro ritimado de "anistia, anistia" e "abaixo a ditadura" prenunciava que a noite não seria só de festas a ampla gama de parlamentares e adeptos que falariam pela Frente de Democratização.

O primeiro prometa desde o general Euler Bentes, agora o mais forte candidato a candidato pelo MDB na disputa com Figueiredo, aos arenistas Magalhães Pinto, Teotônio Vilela e o gaúcho João Dentice, o mais novo converso aos arraiais frentistas, passando pelo colorido "arco-íris democrático" do próprio MDB.

A plateia confirmou que não estava para brincadeira na chamada para

composição da Mesa. Magalhães, Dentice e até Ulisses Guimarães entraram sob vaias estrondosas.

Qual o significado desse comportamento do público? Certamente, a explicação mais plausível é o sentimento opositor ao regime militar que animava os presentes mas que não obscurecia sua memória política, nem anulava os compromissos de vários oradores com o estado de exceção que o país vive nos últimos 14 anos.

Não faltaram aplausos aos que defenderam claramente a Anistia ampla e irrestrita, ao governo provisório e a convocação de uma Assembleia Constituinte, eleita com plenas liberdades democráticas.

O que a plateia não estava disposta era engolir, simplesmente, como justificava e propunha o senador Brossard: "Aqui nesta mesa, a bem dizer, está o Brasil inteiro. As nossas divergências ficarão para trás, porque o passado não volta, o que passou, passou."

Assim, até mesmo o general Euler, em alinhado tempo verde oliva e que chegou a ser ovacionado como "presidente, presidente" não escapou às

vaias. A maior delas ocorreu quando ele se referiu a 64 como "uma revolução, felizmente incruenta, para defender as frágeis instituições do país de uma conspiração contra o regime democrático."

O general precisou interromper sua fala após as vaias, o côro uníssono tomou conta do plenário: "abaixo a ditadura, abaixo a ditadura". Recompondo-se, rápido, continuou: "O golpe e a subversão não compensam". E, mais adiante: "A reforma das instituições e das próprias estruturas sociais, quando necessária, só se faz no seio da sociedade mesma, por uma escolha, vontade e obra da própria sociedade".

Entre palmas, vaias, faixas, os frentistas discursavam procurando mostrar como a Frente seria a salvação contra as arbitrariedades e erros do regime, mas ninguém tocava no tema proibido da noite: o lançamento de um candidato à convenção do MDB no dia 23.

Esse compromisso não foi rompido nem pelo mais vaiado, Magalhães Pinto, que chegou a desistir do discurso

que preparara e entregara à imprensa na véspera, nem pelos mais hábeis como Marcos Frei e Pedro Simon, que sentindo o público presente fugiram ao crivo da crítica popular.

Resultados

Enfim, qual o resultado da concentração da Frente em Porto Alegre e do comportamento do público que, certamente, não correspondeu aos organizadores da festa? A grande derrota foi da cúpula nacional do MDB pois o seu preferido, Magalhães Pinto, recebeu a pá de cal nas vaias da plateia opositora presente. É inegável, também, que a Frente avançou na definição de um programa no qual constam pontos que interessam as classes populares. Ao menos, comprometeu-se publicamente com eles de forma mais clara do que até então e aparece como uma alternativa a Figueiredo e as "reformas de Portela".

Mas, o MDB que poderia ser seu sustentáculo orgânico e dar-lhe um caráter ofensivo na conjuntura, demonstra, cada vez mais seu afastamento dos interesses populares.

O que importa a estes setores no lançamento de uma candidatura opositora, está na abertura de mais uma frente para fustigar o regime militar e na possibilidade de ampliar as oposições burguesas contra a saída Figueiredo.

A cúpula emedebista, entretanto, adiou para o fim do mês de agosto a decisão sobre o lançamento de uma candidatura. É óbvio que isso favorece ao atual governo e seu sucessor, pois permite, pela indefinição, a recomposição de uma maioria segura dentro da Arena e nos meios militares para Figueiredo.

No sentido popular, as atitudes são de boicote sistemático e deliberado. Enquanto no Rio de Janeiro, os candidatos vinculados aos interesses populares são impedidos de concorrer pelos fisiológicos de Chagas Freitas, em Porto Alegre, os setores avançados do Partido foram aliados totalmente na concentração da Frente de Redemocratização. As propostas do Departamento Trabalhista e do Setor Jovem de Porto Alegre nem sequer foram lidas na concentração e, ao público presente, apesar dos insistentes pedidos e da longa tradição em atos como esse, foi negado o direito à palavra.

Iludem-se as direções emedebistas em confiar nas articulações com os dissidentes arenistas às custas do boicote aos setores progressistas do partido. Os trabalhadores, os estudantes, a grande maioria do povo, ainda que marginalizados da vida política, não a deixam de fazer, a seu modo. Sua memória política, porém, não é tão curta como gostariam os adesistas e moderados. As vaias aos frentistas em Porto Alegre que o digam.

(Sucursal de Porto Alegre)

Rosalice Livre



Dias antes das eleições municipais de 76 a suplente de deputado pelo MDB fluminense, Rosalice Fernandes, foi sequestrada e presa por agentes do DOPS do Rio de Janeiro. Rosalice foi acusada de "subversão", de estar indispondo os metalúrgicos de Volta Redonda contra o governo. Nesta época, ela dirigia o departamento trabalhista do Diretório Municipal do MDB de Volta Redonda e estava prestes a assumir o mandato legislativo. Rosalice desmente as acusações na prisão, sofre torturas e é condenada a 18 meses de prisão, com base na Lei de Segurança Nacional.

Durante seu período na prisão, Rosalice participou de duas greves de fome que se tornaram famosas por mobilizar a opinião pública nacional na luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita: a primeira na reivindicação de transferência dela e de outras companheiras para um presídio político; a segunda em solidariedade aos presos políticos de Itamaracá, pedindo a quebra do isolamento carcerário a que estavam submetidos há vários anos os companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde.

Quase dois anos se passaram e a exigência da libertação de Rosalice passou a ser uma das reivindicações mais ouvidas, durante esse tempo.

Mas as autoridades obrigaram Rosalice a cumprir toda sua pena. Finalmente, na segunda-feira, Rosalice saiu dos cárceres. Seus familiares, amigos e companheiros estavam presentes na saída do presídio Talavera Bruce, em Bangu. Cerca de 100 pessoas se amontoavam na estrada que dava acesso ao presídio. Dezenas de soldados da Polícia Militar impediram a passagem daqueles que queriam demonstrar solidariedade a Rosalice.

Mas, de pouco adiantou as artimanhas da polícia, de retirá-la do presídio por outra via de acesso. Dentro em pouco Rosalice foi encontrada por seus companheiros. Além da família e dos amigos, ali estavam leis lideranças operárias e populares de Volta Redonda, onde Rosalice havia conseguido cerca de onze mil votos em 74. Representantes de entidades estudantis, Comitê Brasileiro pela Anis-

tia, do Rio e Brasília, e vários parlamentares do MDB, entre os quais o deputado estadual Edson Khair, o candidato a deputado estadual José Eudes, o vereador Antônio Carlos de Carvalho, entre outros.

Em Volta Redonda, o bispo Dom Valdir Calheiros a esperava, juntamente com outras 200 pessoas, onde foi rezada uma missa em homenagem à sua libertação. Foi lembrada a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e foi lida a nota do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Em Tempo entrevistou Rosalice, na ocasião. Eis seu depoimento:

"Olha, a luta hoje é por liberdades políticas, e quando digo isso estou me referindo a liberdades políticas para os trabalhadores e o povo, porque a burguesia já tem liberdade até demais. Vou continuar a lutar sim. Em primeiro lugar vou tentar reaver aquilo a que tenho direito, ou seja, meu mandato enquanto deputada. A lei que me proíbe exercer esse mandato é absurda. Entretanto, mesmo que não conseguir isso, continuarei lutando, pois a luta parlamentar não é a única forma de se lutar. Existem outros meios. É necessário entender que minha liberdade não foi conseguida através da anistia, como deveria ser, pois não sou culpada de nada, a não ser de defender os interesses dos trabalhadores. Entretanto, considero que o fato de toda essa gente estar aqui me esperando significa que a minha saída está ligada à luta pela anistia, pois já indica um rumo de como ela deve ser levada: com mobilização popular. É uma forma de se colocar em prática a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Fui presa porque estava lado a lado com os trabalhadores nas comemorações do 1º de maio de 76. Essa é a nossa luta. É a luta de organização pela base os trabalhadores e outros setores populares. Trabalho dentro do MDB, não porque considere que essa é a única forma de se lutar, mas porque acho que também dentro do MDB, hoje, existe um espaço a ser ocupado. Minha preocupação central, hoje, é unificar o movimento de massas, é fazer propostas dentro do movimento, e não fora dele." (Sucursal do Rio)

A QUEM SERVE A PETROBRÁS?

“O que ocorre, na verdade, no Polo de Camaçari (Bahia) é que os grupos estrangeiros do setor petroquímico acabam sendo beneficiados com financiamentos oficiais. As multinacionais conseguem entrar no país, dominar todo um setor da economia sem maiores riscos, porque o grosso do investimento (mais de três bilhões de dólares) foi e está sendo feito com recursos extraídos do suor do trabalho de milhões de brasileiros”.

Tomando por base a questão da Petroquímica, a reportagem a seguir (incluindo págs. 6 e 7) pretende reconstituir em linhas gerais uma pequena parte da

Em 1958, o general Mario Poppe de Figueiredo foi forçado a deixar a presidência do Conselho Nacional do Petróleo - CNP - por pressões e intrigas dos grupos internacionais do ramo petroquímico e seus agentes brasileiros.

Poppe de Figueiredo caiu, mas as multinacionais não conseguiram atingir seu objetivo de obter o controle total da petroquímica no Brasil. O presidente Juscelino Kubitschek aceitou a saída de Poppe, mas aprovou em contrapartida um parecer do CNP, barrando todas as pretensões monopolistas dos grupos estrangeiros e seus representantes nacionais. O relator do parecer decisivo era um coronel que representava o Exército no CNP.

O coronel, que se tornou assim herói daquilo que posteriormente (já como marechal) Poppe de Figueiredo chamaria de “a história negra das origens da petroquímica brasileira”, era Ernesto Geisel.

Por sua vez, o grupo que moveu a campanha contra o presidente do Conselho Nacional do Petróleo (e que foi barrado por Geisel) era o Petrosil - Bakol - Trol, que tinha como uma de suas figuras centrais o empresário Ralph Rosenberg.

Quem é quem

Dez anos depois desses acontecimentos registravam-se mudanças surpreendentes. Deixavam de existir heróis e vilões nessa história. Eles se confundiam. O antigo coronel Geisel, promovido a general, assumiu a presidência da Petrobrás e levou para a empresa estatal, como um de seus principais colaboradores, um dos diretores (e também acionista) do grupo de Ralph Rosenberg; o contador e advogado Shigeaki Ueki.

Nas empresas em que Rosenberg era o principal acionista (Bakol-Lokab, Cevekol e Bakolar tinham ocorrido profundas transformações. Nas diretorias, passavam a figurar, entre outras, as seguintes: o ex-presidente da Petrobrás, marechal Ademar de Queiróz, e o ex-ministro da Indústria e Comércio, Paulo Egydio

Martins. Nos conselhos de administração e fiscal, apareciam Fábio Yassuda (por breve período ministro do governo Médici) e Luiz Marcello Moreira de Azevedo.

Em 1974, quando Geisel se tornou presidente da República, Ueki foi promovido a ministro de Minas e Energia (vindo a negociar os contratos de risco), Paulo Egydio recebeu a governança de São Paulo e Luiz Marcello Moreira de Azevedo assumiu a presidência da Centrais Elétricas de São Paulo CESP. O marechal Ademar de Queiróz seria presidente do Conselho de Administração da Petrobrás e, além disso, o general Golbery do Couto e Silva (presidente da Dow Química, que através de uma subsidiária primeiro se associou e depois incorporou uma empresa do grupo de Rosenberg) seria nomeado chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Enquanto isso, a filha de Rosenberg, a advogada Mônica Yvonne, tornava-se secretária particular de Egydio, no Palácio dos Bandeirantes.

Projeto faraônico

Mesmo antes de ter tantos amigos, sócios e ex-sócios junto ao poder central, Rosenberg e os interesses por ele representados já haviam obtido boa parte das pretensões que lhes haviam sido negadas em 1958. Durante sua gestão na Petrobrás, Geisel dera início ao projeto faraônico do Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, onde o grupo de Rosenberg ganharia a participação em três empresas - Estireno do Nordeste SA, Oxiteno Nordeste SA e Polipropileno SA.

O Polo, que só entrou em funcionamento em junho passado, foi esquemático numa forma tripartite, ou seja, a maior parte das empresas que o compõem foi constituída da seguinte maneira: um terço de capital votante estrangeiro, um terço de empresários brasileiros e um terço para a Petrobrás, através de sua subsidiária a Petroquímica (presidida por Bernardo Geisel Filho, sobrinho do presidente da República).



história do monopólio estatal do petróleo no país, desde seus primeiros passos até o governo Geisel.

Além do depoimento do marechal Poppe de Figueiredo, o trabalho de EM TEMPO fundamenta-se em documentos públicos obtidos nas Juntas Comerciais de Salvador e São Paulo, contendo também algumas informações de fontes de confiança.

São personagens de destaque na reportagem: o empresário Ralph Rosenberg, o marechal Ademar de Queiróz, o Ministro Shigeaki Ueki, o Governador Paulo Egydio e o Presidente Geisel (entre outros).

O esquema, à primeira vista, parece correto, porque as empresas estrangeiras (detentoras da tecnologia) estão em minoria, ficando supostamente o controle com a maioria brasileira (capital estatal + empresariado nacional). Mas essa é apenas a aparência. Na realidade, o controle do capital nacional é limitado por acordos de acionistas que preveem quorum qualificado (unanimidade de votos) nas decisões tomadas pelos Conselhos de Administração das empresas, onde os grupos estrangeiros (minoritários), pela sua participação proporcional, podem impor vetos às principais decisões.

A Lei brasileira não permite que os bancos oficiais, a exemplo de outros fundos oficiais de incentivos fiscais (Finor - Sudene) financiem empresas cujo controle do capital votante, portanto das decisões, não seja efetivamente exercido pelo acionista nacional - o que obviamente não ocorre em Camaçari.

As empresas do Polo são constituídas de capital autorizado, sendo metade de ações ordinárias com direito a voto e a outra metade de ações preferenciais sem direito a voto e que são subscritas com recursos de incentivos fiscais. Isso quer dizer que metade do capital é de risco e outra é de recursos oficiais, captados indevidamente no caso, pelos fundos.

Os investimentos são financiados por entidades creditícias oficiais (BNDE, Banco do Nordeste do Brasil) e entidades creditícias internacionais (BID e BIRD) com aval do Tesouro Nacional. O chamado empresariado nacional investe do próprio bolso no projeto quantias irrisórias.

O que ocorre - na verdade - no Polo é que os grupos estrangeiros do setor petroquímico acabam sendo beneficiados com financiamentos oficiais. Em outras palavras, as multinacionais conseguem entrar no país, dominar todo um setor da economia sem maiores riscos, porque o grosso do investimento (mais de 3 bilhões de dólares) foi e está sendo feito com recursos extraídos do suor do trabalho de milhões de brasileiros.

A sete chaves

Essas não são, contudo, as únicas ir-

regularidades que se verificam em Camaçari. As empresas estrangeiras entram nos projetos do Polo como detentoras da tecnologia, fornecendo desde o “know-how” do processo de fabricação até os serviços de engenharia. Para isso, recebem pagamento a título de “royalties”.

O que há de intrigante e suspeito no caso é que os acordos para o fornecimento da tecnologia jamais foram divulgados. Esses contratos estão trancados a sete chaves no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, no Rio, sem que se possa ter acesso a eles.

Sebe-se, entretanto, que em dos empreendimentos do Polo, o vendedor da tecnologia exigiu que se inserisse no contrato uma cláusula pela qual não se responsabiliza por eventuais indenizações a terceiros que se apresentarem como detentores do “know-how” fornecido.

Isso significa que, conscientemente, a Petrobrás e os demais sócios nacionais assumiram riscos, comprando uma tecnologia que pode não pertencer ao vendedor. Enumerar todas as mazelas do Polo é tarefa quase impossível para uma única reportagem. São cerca de 40 grandes empresas, instaladas numa das regiões mais miseráveis do Brasil, altamente poluentes e que absorvem uma mão-de-obra irrisória.

Elefante branco

A prioridade desse investimento de bilhões de dólares também é questionável. Basicamente, ele se destina a fornecer matéria prima para a fabricação de quinquilharias de plástico, além de fibras sintéticas para as indústrias do setor têxtil.

Os custos de produção no local têm sido tão altos que o governo se vê obrigado a aumentar os preços dos produtos das indústrias petroquímicas já instaladas no Estado de São Paulo, para viabilizar o Polo baiano. O prejudicado será o consumidor, ou seja, mais uma vez a grande massa de trabalhadores

Como se pode constatar, o empreendimento é um verdadeiro elefante branco para o País e uma peixeira para as multinacionais, seus sócios e agentes brasileiros.

“A história negra das origens da petroquímica brasileira”

Em 1972, ou seja, 14 anos depois de ser obrigado a deixar a presidência do Conselho Nacional do Petróleo - CNP - o marechal Poppe de Figueiredo revelou em seu livro “Brasil, o gigante que despertou” a trama articulada pelos grupos testas-de-ferro nacionais e os estrangeiros para assumirem todo o controle da indústria petroquímica. O depoimento do marechal saiu também publicado na íntegra na edição de 25/7/72 do semanário “Política”.

Na oportunidade, Geisel presidia a Petrobrás e despontava como candidato do regime militar à sucessão do general Médici. Poppe de Figueiredo, como toda indica, desconhecia na ocasião o corolário da história por ele relatada, ou seja, como os grupos internacionais voltaram à carga e conseguiram ganhar o domínio da petroquímica no Brasil, apesar da primeira derrota que lhes fora imposta.

É a seguinte a íntegra do relato do marechal Poppe:

“Carria o mês de setembro de 1956 quando, convocado ao Palácio do Catete, recebi e aceitei convite do presidente Juscelino Kubitschek, através do seu chefe do gabinete militar, gen. Nelson de Melo, para presidir a Conselho Nacional do Petróleo. Apaixonado de há muito pelo problema do petróleo, no qual sentia estar talvez a mais poderosa alavanca para ajudar a alçar o Brasil ao nível de grande potência mundial, recebi essa nova tarefa com enorme satisfação íntima e - por que não dizer? - com a mais intensa vibração das cordas do patriotismo que todos nós, que já vestimos algum dia o uniforme verde-oliva, trazemos no mais profundo do nosso ser. Sabia, contudo, que não ia ser fácil o desempenho da missão. Iria ocupar uma trincheira, para continuar a grande luta, que já tivera sua primeira e retumbante vitória com a Lei 2004, de 3 de outubro de 1953, instituindo o monopólio estatal do petróleo.

E Petrobrás, que dela nascera, como titular do monopólio, ainda ensaiava seus primeiros passos, por assim dizer. Havia muitos interesses contrariados, que se não conformavam, com a derrota. E apelavam para campanhas sutis, através de certa imprensa, evidentemente subsidiada, na tentativa de desmoralizar a política nacional do petróleo.

Quando da campanha de mobilização da opinião pública em apoio da tese do monopólio estatal, realizada nos primeiros anos da década dos anos 50 - a maior, sem dúvida, que já viu este País - recordo-me bem do terrível entrevero de argumentos, pró e contra. Era coisa muito difícil deslindar onde estava a verdade. E mesmo tivera as minhas hesitações. Ao manifestá-las, certa feita,

em conversa no Quartel-General do Exército, ao velho amigo e camarada de Arma, Cel. Ildá Jobim Meireles - profundo conhecedor do assunto e que havia sido chefe de gabinete no Conselho Nacional do Petróleo, do gen. Júlio Caetano Hortá Barbosa, figura impoluta de patriotismo, a quem o Brasil deve a política nacionalista do petróleo - disse-me ele, mais ou menos o seguinte:

— Vou emprestar a você um dossiê. Peço que o leia e depois me dirá se persistem ainda suas dúvidas.

Era uma pasta preta, contendo fotocópias de uma série de documentos sigilosos sobre a política do petróleo no mundo, que passei a batizar de “dossiê negro do petróleo”. Li e reli o que continha. Impressionou-me fortemente o tremendo poder dos frustres internacionais do petróleo e a maneira insidiosa com que empregavam para que sempre prevalecessem seus interesses. Ao restituir o “dossiê negro do petróleo”, devo ter dito ao seu dono:

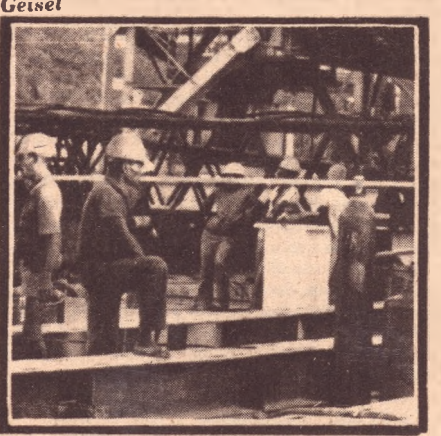
— Tem razão. Devemos tudo fazer para implantação do monopólio estatal do petróleo entre nós.

E daí para cá, cada vez mais tem-se aprofundado a convicção de ser esse o caminho certo a ser trilhado pelo Brasil.

Dia do Soldado: 25 de agosto de 1957. O presidente Juscelino Kubitschek houve por bem elevar-me ao generalato. Continuei a luta no Conselho Nacional do Petróleo, principalmente no setor da petroquímica. Em maio de 1958, a pedido, deixo o Conselho e retorno ao Exército, com 1º Subchefe do Departamento de Provisão Geral.

Ao visitar o gen. Júlio Teles de Menezes - meu velho amigo e figura das mais que admiro pela inteligência de caráter em seu gabinete, no Diretoria de Armamento e Munição, disse-me ele, de chofre, com a franqueza que lhe é habitual:

— Que houve contigo? Teus camaradas cementam certas coisas a teu respeito, que não acredito. Há uma nuvem taldando teu nome.



A sensação que tive foi de ter levado uma punhalada. Embora instado a me dizer a natureza das acusações, o gen. Teles não quis fazê-lo. Recobrando a calma, lhe declarei:

— Não houve nada de mais. Apenas, em benefício da Petrobrás e do Brasil, contrariar grandes interesses no setor da petroquímica. Não me perdoaram por isso e urdiram uma trama, da qual resultou minha saída do Conselho. Não posso fazer declarações públicas agora, porque se a fizesse, minhas palavras poderiam ser mal interpretadas, deixando em situação difícil e presidente Juscelino Kubitschek. E nele vejo encarnada a nossa Pátria. Prefiro me sacrificar. Mas, vou fazer o seguinte: reunir em um dossiê toda a documentação referente à luta que travel. Será a “história negra das origens da petroquímica brasileira”, pedas crer. E vou entregá-lo ao gen. Breynar, no Estado-Maior de Exército, para que todos meus camaradas, que o quiserem, tomam conhecimento do que houve na realidade. E uma cópia será tua.

E assim, fiz. Hoje, passados quatorze anos, vou resumir o dossiê de 109 páginas, para edificação das novas gerações, que poderão bem sentir e avaliar a luta terrível, de verdadeiro vale-tudo, travada pelas gerações que as antecederam, na construção da grandeza da Pátria comum.

A história começa bem antes de minha gestão no Conselho Nacional do Petróleo. Em meados de

1953, o Conselho, por intermédio de sua Comissão Especial de Indústria Petroquímica (ainda não existia a Petrobrás), fez publicar edital convocando os empresários do ramo a manifestar seu interesse no aproveitamento dos gases residuais das refinarias de Cubatão e Mataripó. Nasceu daí a Resolução 3-54 do Conselho, autorizando a CEIP a convocar os interessados e com eles negociar contratos de suprimento de gases residuais. Atenderam à convocação as empresas seguintes, que se propunham a fabricar o etileno, produto básico da indústria petroquímica: 1) Trol S.A., firma brasileira, cujos maiores acionistas eram os Srs. Ralph Rosenberg e José Ferreira, ambos não nascidos no Brasil, o primeiro, naturalizado e o segundo, casado e radicado no País; 2) Union Carbide do Brasil, pertencente à Carbide Corporation, dos Estados Unidos; 3) Koppers, firma brasileira, com 62% de capital estrangeiro e Cia. Eletro-Clara, firma na mesmas condições da anterior.

A Petrobrás, que já então se havia constituído e a quem competia, doí em diante, a continuação das gestões, julgou, entretanto, altamente prejudicial, dos pontos de vista técnico e econômico, a instalação de quatro fábricas para a produção de etileno, utilizando os gases residuais da mesma refinaria, a de Cubatão. Em consequência, sugeriu aos interessados que se organizassem em uma única empresa, com o que desapareceriam os inconvenientes apontados.

A iniciativa da Petrobrás, contudo, não surtiu o efeito desejado. Em face disso, Trol S.A. tomou a si organizar nova empresa, “Petrosil S.A. - Indústria Petroquímica Brasileira”. Entretanto, a essa altura, em vista dos impasses surgidos e da alta rentabilidade do empreendimento, a Petrobrás decidiu muito justamente assumir ela própria os encargos do aproveitamento dos gases residuais de Cubatão, instalando a fábrica de etileno, cuja produção seria distribuída às quatro empresas interessadas, na proporção solicitada. A seguir, a Petrobrás firmou contratos de suprimento de etileno com a Union Carbide e a Cia. Brasileira de Estireno, subsidiária da Koppers. Trol S.A. não compareceu para contratar sua quota, que ficou em aberto.

Trol S.A. não se conformou com a solução dada ao problema e, através de Petrosil S.A., denunciou a Petrobrás, na pessoa do seu presidente Cel. Artur Levy, em exposição de motivos feita ao ministro da guerra, assinada pelo Sr. Ângelo Mendes Correa. Encaminhada à Presidência da Re-

pública, obteve despacho para ser procedido a inquérito no Conselho Nacional do Petróleo.

Realizado esse, a Comissão respectiva, constituída do Brig. Joelmir Campos de Arraipe Macedo, Cel. Benedito Macedo Costa e eng. Angelo Maria Crosato, concluiu pela improcedência da denúncia, que pretendia, nada menos que obter a anulação dos contratos de fornecimento de etileno firmados pela Petrobrás.

Pouco depois de ter assumido a Presidência do Conselho, em outubro de 1956, recebo documento firmado pelo gen. Nelson de Melo, chefe do Gabinete Militar, com o despacho “aprovo” da presidente Juscelino Kubitschek, aparentemente destinado a encerrar o caso do inquérito mandado instaurar contra a Petrobrás. De fato, determinava o arquivamento do processo. “Youi courei”, sem dar as importantes conclusões a que chegou a Comissão de Inquérito, mas, quem o redigiu, aprovou o ensino para, após longa digressão sobre indústria petroquímica, fixar, em linguagem sibilar, normas a que o Conselho devia obedecer para a “concretização de uma política petroquímica”. Com isto não concordei, pois invadia atribuições do Conselho. Externei meu ponto de vista ao Gen. Nelson de Melo que, acatando prontamente minhas ponderações, pediu que também o fizesse ao presidente. Este, também concordando plenamente, de seu próprio punho riscou o despacho “a prova”, substituindo-o pelo (despacho) “ao CNP”.

Prometi ao Presidente que, dentro em pouco, concluídos os estudos já em andamento, o Conselho iria submeter à sua aprovação as diretrizes que deviam nortear a implantação da indústria petroquímica no Brasil. Mal imagina que estava, nessa ocasião, iniciando uma luta terrível que só teria fim com a minha saída do Conselho, cerca de ano e meio depois, mas também com a vitória total e definitiva da Petrobrás, vale dizer, dos interesses nacionais.

Em face da alteração do despacho Presidencial no primeiro documento, outro foi feito, tratando exclusivamente do inquérito contra a Petrobrás. Após enumerar as conclusões fulminantes - o termo é bem pertinente - a que chegou a Comissão presidida pelo Conselheiro Brig. Joelmir Arraipe Macedo, o que deixara de fazer o primeiro documento determina o arquivamento, “em face da improcedência da denúncia”. Publicado o despacho no Diário Oficial apressa-me em comunicá-lo oficialmente ao velho companheiro de Arma, Cel. Artur Levy, que já havia deixado a Presidência da Petrobrás. Intentava, com isso, dar pequena reparação moral a um brasileiro digno, cujo nome fora levado à rua da amargura, nas páginas de certos jornais, por ter defendido os interesses da empresa que dirigia.

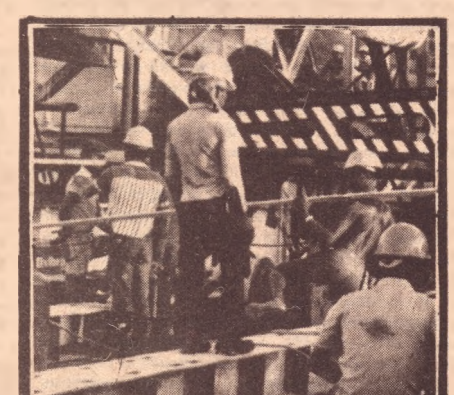
POLITIKA
4
A Basi e a Shell não toparam realizar investidas adicionais para delimitar as minas de saligma. A Petrobrás se propôs a fechá-las e a CPM não quer.

CDI não aprovou o relatório em favor da Dow Chemical

CDI não aprovou o relatório em favor da Dow Chemical. O Conselho de Administração da Petrobrás não aprovou o relatório em favor da Dow Chemical, uma decisão que pode ter implicações significativas para a indústria petroquímica brasileira. O relatório em questão avaliava o desempenho e as perspectivas da empresa americana, mas não foi aceito pelo conselho brasileiro.

POLITIKA

ERNESTO GEISEL E A HISTÓRIA NEGRA DA PETROQUÍMICA



“Estão solapando a Petrobrás”

Euzébio Rocha: “A coisa mais grave ocorre mesmo no atual governo, no governo Geisel”.

Euzébio Rocha, economista, professor, ex-deputado e constituinte de 1946 pelo PTB (hoje novamente candidato à Câmara Federal pelo MDB). Na década de 50, um dos mais destacados defensores do monopólio estatal do petróleo, tendo sido inclusive autor de substitutivo - aprovado - ao projeto que redundou na Lei 2004, de 1953, que criou a Petrobrás.

Em outubro de 77, foi ele convocado para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - sobre Política Mineral Brasileira e surpreendeu os deputados pelo volume de dados e argumentos que apresentou na sua defesa ferrada da Petrobrás, bem como por suas denúncias da política do governo para o setor.

Ao falar sobre as antigas campanhas do “petróleo é nosso”, da “Petrobrás intocável”, Euzébio Rocha invoca mil fatos de memória, reedita - em tom discursivo - a ideologia nacionalista de seu passado presente e não consegue escapar da emoção.

O senhor leu a parte principal da reportagem de EM TEMPO (págs. 5, 6 e 7 desta edição) sobre a indústria petroquímica no Brasil. Os dados levantados, devidamente comprovados, mostram como a coisa escapou por completo do controle da Petrobrás, dando lugar para as multinacionais entrarem de sola com o respaldo de altas autoridades do regime, inclusive o presidente da república - Ernesto Geisel. Na jogada, estão também empresas ditas nacionais, de braços dados com o capital estrangeiro. Como fica hoje a Petrobrás intocável?

Eu estou convencido de que o movimento pela criação da Petrobrás correspondeu aos anseios de nossa geração e nossa luta. Tomei parte ativa nesta luta, inclusive apresentando um substitutivo que definiu o monopólio estatal do petróleo. Houve vitórias. A Petrobrás tornou o país autosuficiente em derivados de petróleo; hoje não importamos mais gasolina, nem óleo diesel, nada disso. Por outro lado, até 1969, a Petrobrás caminhava para tornar o Brasil também autosuficiente em petróleo bruto. Entretanto, nota-se de há muito uma guerra surda, de pressão intensa, que vem se exercendo contra a Petrobrás. Tornou-se a Petrobrás realmente o último reduto do comando econômico do país. Na medida em que a economia privada foi desnacionalizada, que o setor de eletrônica e vários outros setores foram sendo passados para controle de grupos estrangeiros, o que restou de centro de decisão na área econômica dentro do país foi unicamente a Petrobrás. Veja: indústria automobilística - centro de decisão no exterior; indústria farmacêutica - idem, idem. Tudo começou basicamente com Café Filho, com a Instrução 113, que foi violentamente contra os interesses nacionais. De modo que restava a Petrobrás... Quer dizer, esmagados os setores privados nacionais, as multinacionais assumi-

ram o comando econômico do país. Aliás, as multinacionais nada têm de forças ocultas, pois são ostensivas e claras - é a Dow Química, etc, etc. Assim, crescendo tais empresas, o controle da economia passa a ser cada vez mais sabotado e comprometido. Não tenho dúvida de que, ao longo do tempo, toda a estrutura nacionalista do petróleo sentiu grandes pressões. E as pressões continuam, sem dúvida. Hoje, a Petrobrás nem sequer divulga mais os seus êxitos; não há nenhuma propaganda explicando que ela tornou o Brasil autosuficiente em derivados do Petróleo.

Por que a omissão?

Exatamente, dentro da orientação do governo atual de prestigiar as multinacionais, de aceitar a política de comando total da economia por grupos estrangeiros, prefere-se silenciar os êxitos da Petrobrás.

Em que termos 1964 entra como marco da história? A mudança de rumo das coisas, dada em 31 de março (ou 1º de abril), processou-se, conforme inúmeros estudos, sob a hegemonia dos interesses do capitalismo monopolista internacional. Logo, o golpe iria mesmo amarrar determinados compromissos para os governos seguintes...

Entendo. Eu não situaria somente o marco de 1964, situaria o governo Café Filho. Na ocasião, (1954), após uma viagem ao exterior, Café fez uma declaração no sentido de que era preciso reformular a legislação do trabalho e também que o Brasil deveria fazer uma política de portas abertas ao capital estrangeiro. Então, o início do processo se deu por aí... Mas a morte de Vargas, em 24 de agosto, sua carta-testamento, que obteve grande repercussão popular; depois a posição de Lott durante o governo Juscelino - são fatos que retarda-

riam a capitulação dos interesses nacionais, tendo então sido possível preservar, ao menos preservar, a Petrobrás. Isso até a consumação da estratégia de surpresa dos “contratos de risco”, já no governo Geisel.

Se bem entendo, o senhor acha que 64 não teria nada de especial no processo?

No impacto de 64, ocorre a perseguição dos grupos nacionalistas, tomando-se violenta posição contra as idéias de uma efetiva participação do Estado, participação não absorvente, mas efetiva. Assim, procurou-se fazer a pressão, inclusive escamoteando a verdade, ao atacar o alto grau de estatização que não existe. No Brasil, a participação do Estado na economia é equivalente a dos Estados Unidos. Enfim, não há aqui nenhum fenômeno de estatização. Mas 64 teve um sentido claro, sim, tanto que a Lei de Remessa de Lucros foi imediatamente revogada. Depois de 64 houve de fato uma reviravolta! Até 67, por exemplo, o setor de eletrônica era comandado por empresas privadas nacionais, numa ordem de 87%; hoje os grupos estrangeiros dominam cerca de 80 a 90% do setor.

Segundo planos originais a petroquímica deveria ser uma área para onde a Petrobrás se ampliaria mais tarde. Depois, agora, deu no que deu. Que houve exatamente com a petroquímica?

Houve o seguinte: sob o pretexto de que não tínhamos tecnologia, resolveu-se aceitar a participação de grupos estrangeiros para fornecer tal tecnologia. Ora, tal esquema é totalmente contrário à filosofia da Petrobrás. O modelo da Petrobrás

assemelhava-se muito ao japonês quanto à tecnologia. No caso, o Japão nunca aceitou o princípio das empresas se instalarem ali e comandarem a tecnologia. A tese japonesa foi no sentido de absorver a tecnologia estrangeira, mas sob controle nacional. Ora, no Brasil, na medida em que se permitiu a penetração de um grupo na petroquímica, quebrou-se exatamente a possibilidade de se comprar a tecnologia e incluí-la no processo da Petrobrás. Ou de trazer técnicos, ou mandar brasileiros pesquisar no exterior, desenvolvendo então uma tecnologia própria. Há um grande choque neste campo. Acharmos que o país deve desenvolver sua tecnologia, absorvendo o que existe, mas mantendo independência.

“O petróleo é nosso” foi um mito, forte mito, capaz de mobilizar inclusive setores populares. Criou-se a Petrobrás. Hoje, porém, por tudo o que o senhor fala, pela ponte que hoje liga a Petrobrás às empresas privadas, cruzando aí interesses capitalistas de fora e de dentro do país, parece não ter sentido fazer maior diferença entre a empresa estatal (Petrobrás) e empresa privada. Ou seja: do ponto de vista dos in-

teresses populares não existe diferença, ou existe?

Ora, a Petrobrás pôde manter suas tradições até quando os governos representavam uma filosofia pelo menos razoavelmente nacionalista. Mas, depois, os governos capitularam e começaram realmente a defender a política de portas abertas (quase diria, de pernas abertas), declarando que os interesses estavam apenas na instalação de empresas, dando-se então trato mais vantajoso às multinacionais.

Aí a Petrobrás passou a ser solapada e ainda é isto que acontece. No momento, a Petrobrás está solapada, está ameaçada de ser pouco a pouco destruída.

Esta sabotagem a que o senhor se refere, a destruição do ideal-Petrobrás, isso tudo teria sido mais grave em que governo?

A coisa mais grave ocorre mesmo no atual governo, no governo Geisel. Ocorre com os contratos de entrega com cláusulas de risco. Tive oportunidade de prestar um depoimento na CPI dos Minérios, na Câmara Federal, e ali mostrei a falta de fundamento dos ditos “contratos de risco”. Por que? Pois falta de tecnologia não existia à Petrobrás, tanto que ela pesquisou petróleo até no Irã... falta de recurso é uma piada! Exemplo: a Agip, na Foz do Amazonas, se comprometeu a fazer um investimento de dois milhões e 600 mil dólares que, ao câmbio da época, deve corresponder a 26 milhões de cruzeiros, ou seja, a quinta parte da Loteria Esportiva de uma semana! Sem falar no decreto baixado pelo governo, decreto 79.724, de maio de 1977, que autoriza a Shell Exploration a funcionar em território brasileiro. Pois bem, esta empresa apresenta-se com um capital social de um mil e duzentos e sessenta cruzeiros, quer dizer, capital equivalente a um salário mínimo! Isto revela o limite, o ridículo.

Retomando. O Estado não é uma entidade abstrata, correto? É sempre afetado por grupos econômicos, normalmente pelos grupos mais fortes do empresariado. As empresas estatais tendem - normalmente - corresponder aos interesses dos grupos mais chegados ao governo, ao regime. Assim, o Estado capitalista é necessariamente parcial, puxando em favor das classes e grupos dominantes. Então, como imaginar que a Petrobrás, enquanto empresa estatal, possa fugir à regra? O senhor supõe algumas formas de controle? Como?

Não há dúvida. Na definição técnica, o Estado é uma instituição que possui um ordenamento jurídico, o qual se constitui em governo com objetivo de defender os interesses sociais e nacionais. De modo geral, o Estado brasileiro deverá, assim, defender os interesses nacionais da comunidade. Entretanto, como você afirma, o Estado não é entidade abstrata, mas é algo que se realiza dentro de um processo histórico. No momento, a filosofia que inspira o governo é a política de portas abertas ao capital estrangeiro. E a Petrobrás está sofrendo todas as consequências disso. Ela está sendo delapidada por não poder resistir às pressões internacionais. Está sendo tolhida no seu direito de defesa. Fazem-se as maiores divulgações sobre questões do petróleo e não há referência ao que a Petrobrás tem feito e pode fazer. Olhe, todos os investimentos de todos os contratos de risco juntos não chegam a 5% dos investimentos que a Petrobrás faz no setor de pesquisa e lavra. De outro lado, depois de 1964, com AI-5, com o regime autoritário, as coisas passam a ocorrer sem problemas. Acho que com liberdade de informação jamais teriam sido assinados os contratos de risco e jamais poderiam ter mexido na Petrobrás. Só se tornou possível fazer o que se fez porque o país tem vivido uma época negra de cerco marginalizado, também são marginalizados os interesses da nação. O Brasil hoje já não está dentro de um Estado Nacional, mas de um Estado Imperial. Explico: a diferença é que o Estado Nacional serve à comunidade, o Estado Imperial serve às elites. Hoje, os beneficiários da comunidade brasileira não passam de 5% da população, entre eles os banqueiros, as multinacionais. Mas, na medida em que haja efetiva liberdade de informação de reunião, de organização, que haja respeito às decisões populares em eleições periódicas, por exemplo, o Estado terá que ser Nacional - como disse. Os fatos evidentes, desde que conhecidos, sensibilizarão a comunidade e o comando social passará a pertencer-lhe.

(Jorge Baptista)



A tese do nacionalismo

A política de resguardo

O senhor, como poucos, batalha pela tese do nacionalismo... E constata o poder cada vez maior das multinacionais, que passam a exercer completo domínio sobre o aparelho de Estado. Tai a realidade. Seu próprio depoimento revela que o empresariado nacional, a dita “burguesia nacional”, que seria a base social do projeto nacionalista, perde força cada vez mais, dissolvendo-se em associações com as empresas estrangeiras. A rigor, enquanto força social capaz de levar adiante um projeto nacionalista, essa “burguesia nacional” não existe; a não ser através de algumas personalidades que tentam reapresentá-la. Se correta a análise, onde fica o nacionalismo?

Realmente, nos últimos anos, de tal modo a iniciativa privada nacional foi esmagada que ela de certo modo perdeu sua capacidade de centro de decisão política e comando social. Ainda assim, recentemente foi feito um inquérito entre empresários e os mais votados foram favoráveis a uma política de resguardo da empresa nacional. Quer dizer: registra-se um certo ressurgimento de resistência... Pelo menos, depois de um silêncio de tûmulo, há algo diferente. Mas, sem a reformulação

do modelo econômico e político, não haverá mesmo êxito de qualquer movimento desse empresariado nacional. Entretanto, não creio que os atuais governantes cederiam por prazer às transformações. Mas eles podem ter que recuar e ser derrotados. Temos de crer no futuro, onde eles serão afastados. Creio que há a possibilidade. Creio que a mobilização nacional hoje está exatamente ligada aos grupos sociais não comprometidos com interesses elitistas. Porque as grandes vantagens foram obtidas pelas elites, através da coação violenta, através da eliminação de muitas pessoas, da prisão de muitos, através de um verdadeiro terror. Tudo, porém, é enfrentado agora por uma reação popular, da massa trabalhadora, dos grupos intelectuais, dos grupos não ligados às vantagens obtidas pelo pequeno grupo no poder.

Então, há em cena um novo agente histórico, representado pelos trabalhadores em luta, pelas classes populares; e esse agente tende a reivindicar uma transformação que vai além do nacionalismo, não?

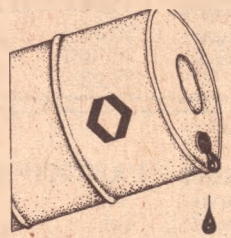
Aí, a meu ver, seria impossível dizer agora a modalidade que iria assumir a nova fase da vida

nacional. Se realmente a aglutinação do Estado dentro de suas funções básicas, com uma margem significativa de participação do empresariado nacional; ou se realmente haveria uma transformação de tipo mais estatizante. Quer dizer: para mim, o Estado, influenciado por uma orientação popular, com abertura para grupos privados nacionais, traria maior força ao processo de transformação social - ao menos numa determinada fase.

Entre nacionalismo e socialismo, a seu ver, não existe contradição?

Não. Não vejo contradição.

Ao contrário, acho que um mundo socialista jamais poderia negar o princípio nacional. Acho que o Estado é realmente uma instituição que se amolda, que se identifica com a realidade histórica. Assim, com um amplo movimento popular, o Estado terá que amoldar ao comando das forças básicas deste movimento. Quando uma região como o ABC paulista, que chega a realizar cerca de 70% do Produto Interno Bruto, registra - ao mesmo tempo - 150 por 1000 de mortalidade infantil, notamos que o quadro é explosivo! Logo, trata-se de mudar o comando do Estado...



Os petroleiros e a Petrobrás

Conspiração salarial

E completa o trabalho do DIEESE: “conclui-se que, se a partir de setembro de 1978, o salário nominal do trabalhador em petróleo for reajustado em torno de 40%, e o índice do custo de vida variar na mesma proporção nesse período, só se estaria repondo o poder aquisitivo de um ano atrás. Para se recuperar o poder aquisitivo de 1964, o reajuste deveria ser de 87%.”

Tem mais: “... o reajuste de 87% apenas repõe o poder de compra ao nível de 1964. Para evitar que a distribuição da renda seja feita progressivamente em prejuízo do trabalhador, é necessário que os salários, além de manterem seu poder de compra, incorporem os aumentos da produtividade”. Assim, para que a partir de outubro deste ano, o salário passasse a incorporar os aumentos de produtividade havidos no período de 1964/78, o reajuste próximo deveria ser de 267% - não apenas de 87%.

Declaração de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros da região de Campinas, São Paulo: “Nossa categoria não está satisfeita com os salários, sendo necessária uma medida que venha a minimizar os sofrimentos dos trabalhadores... A categoria vem sofrendo um desgaste violento em seu orçamento, o que causa um verdadeiro descontentamento também no âmbito do trabalho. Para comprovação, temos a alta rotatividade de mão de

obra que, somente na Replan, no período de 1973 a 78, atingiu o índice em torno de 60%”.

Sobre o assunto, fala (também) o professor Euzébio Rocha.

Estudos do DIEESE provam que a Petrobrás tem funcionado como péssimo patrão, quer dizer, tem executado - tanto ou mais que qualquer empresa privada - uma firme política de arrocho salarial. “Monopólio estatal” é isso?

Minha explicação: há um torpedo contra a Petrobrás! Está querendo acabar com a Petrobrás. E a sua política salarial faz parte deste plano de liquidação. A política tem sido assim: baixar os salários, provocando que os melhores técnicos da empresa acabem emigrando para outros setores, para as multinacionais. Tenho um longo estudo sobre o assunto... O rebaixamento salarial do pessoal da Petrobrás, em regiões como Campinas, por exemplo, onde grupos estrangeiros oferecem melhores remunerações, é exatamente uma forma indireta de fazer emigrar os melhores elementos da Petrobrás e então enfraquecê-la. Estamos diante de um quadro de conspiração contra a empresa. Logo, não se deve acusar a Petrobrás, o que é cômodo! Deve-se acusar o governo, dar os nomes. Eu disse, repito: quem foi responsável pelos “contratos de risco” foi o senhor Ernesto Geisel. A Petrobrás é isto que é, porque o governo que está aí é isto! (J.B.)

As revoltas políticas prá lá do Teerã

No dia 15 deste mês, o xá do Irã concedeu uma anistia parcial: 711 presos, entre os quais 62 políticos, foram libertados. O pretexto foi a comemoração, no sábado, do 25º aniversário do golpe que derrubou o governo de Mossadec e permitiu que o xá Mohammed Rezah Pahlevi retornasse do seu exílio em Roma para reassumir o poder. Na verdade, a concessão é fruto das lutas oposicionistas contra o regime, que só neste ano já custaram mais de 150 vidas, principalmente devido à repressão na capital, Teerã, e nas importantes cidades de Tabriz e Qum, a cidade santa.

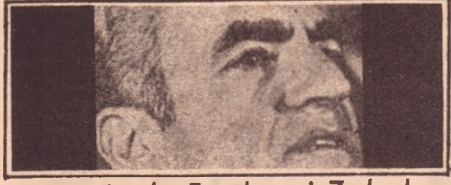
A importância do Irã não se deve apenas à sua produção de petróleo. O xá comprometeu-se com os Estados Unidos em defender as rotas vitais de navegação que saem do Golfo Pérsico, por onde é transportada mais da metade do petróleo consumido nos países do Ocidente. Para realizar essa defesa, os Estados Unidos, nos últimos 20 anos, venderam armas ao Irã no valor de mais de 18 bilhões de dólares, e ajudaram a organizar e equipar uma das mais violentas polícias políticas do mundo, a tristemente famosa Savak. A ajuda militar dos Estados Unidos, contudo, não é nada benevolente: para cada dólar gasto por Washington na compra do petróleo iraniano, os capitalistas norte-americanos recebem pelo menos o dobro, no período de um ano.

Contradições

O chamado programa de "liberalização" que está sendo aplicado pelo governo do Irã, em concordância com a política de defesa dos direitos humanos de Jimmy Carter, limita-se a reparar os aspectos mais absurdos da repressão, como a constante tortura dos presos políticos ou sua pura e simples liquidação física. No entanto, recentemente o xá viu-se na contingência de tomar uma medida que repercutiu, inclusive, internacionalmente: demitiu o general Nematollah Nassiri, que durante 12 anos dirigiu com mão de ferro a Savak, sendo acusado de ter mandado matar centenas de oposicionistas.

Essas concessões refletem, de um lado, as pressões internas, que, segundo Medhi Barzegar, um dos líderes da oposição, "quando se divisa um pouco de luz, é difícil continuar suportando a escuridão", e, de outro, as contradições vividas pela política norte-americana no Irã, que, de acordo com um alto funcionário do Departamento de Estado, se expressa da seguinte forma: "Após o desastre do Vietnã, os Estados Unidos teriam dificuldades em se envolver em lutas diretas, ainda que fosse para proteger os recursos petrolíferos e as rotas de navegação aérea - o Irã aceitou fazer esse papel em nosso lugar. Não podemos correr riscos, portanto." (C.T.)

"O rei-tirano reinava há mil anos. As duas serpentes que o espírito do mal plantara em suas costas só se alimentavam de cérebros humanos. O tirano exigia duas cabeças por dia, para se livrar da tortura que lhe aplicavam as serpentes esfomeadas. A cólera do povo aumentava dia a dia diante dessas injustiças. O ferreiro Kaveh, então, há dois mil anos, deu o sinal da insurreição". Isso é o que conta a história mitológica do Irã, popularizada pelos poemas imortais de Ferdowsi Zahak. Hoje, o xá Mohammed Rezah Pahlevi, há 32 anos ditador absoluto. O país, teme cada vez mais que o ferreiro Kaveh tenha ressuscitado.



Hoje, o xá Mohammed Rezah Pahlevi, há 32 anos ditador absoluto. O país, teme cada vez mais que o ferreiro Kaveh tenha ressuscitado.

Aproxima-se o fim do xá?

Acompanhando os acontecimentos dos últimos meses no Irã e traçando as linhas básicas que explicam o crescimento das oposições ao regime do xá Mohammed Rezah Pahlevi, José da Veiga, de Paris, aproveita para estabelecer certos paralelos políticos entre a realidade iraniana e a brasileira, facilitando o entendimento do que hoje está acontecendo nesse importante país da Ásia.

O império Pahlavi estaria no seu crepúsculo? Muitos chegaram a fazer essa pergunta durante as revoltas que ocorreram nos últimos meses nas principais cidades do Irã. No começo de janeiro a polícia havia reprimido uma manifestação estudantil na cidade santa de Qum, matando mais de 70 pessoas. Quarenta dias mais tarde, conforme a tradição religiosa, o povo iraniano saiu às ruas em memória dos mártires de Qum. Em Tabriz, terceira cidade do país, a polícia tentou impedir o acesso à mesquita. O exército participou das operações atirando com metralhadoras, instaladas em helicópteros. Foi o massacre mais sangrento depois das grandes manifestações contra o regime, realizadas em junho de 1963. Novamente, quarenta dias depois, no dia 31 de março, a população celebrou nas ruas de 15 grandes cidades o luto dos "mártires de Tabriz".

Novamente bancos foram incendiados sem que nenhum cofre tenha sido pilhado. A exceção de alguns cinemas e uma dezena de lojas que se recusaram a aderir à greve, e cujos proprietários são soberbamente conhecidos como informantes da terrível polícia política (Savak), nenhum estabelecimento foi depredado pelos manifestantes. No entanto, a sede do partido único e o chamado "Palácio da Juventude" foram completamente destruídos em pouco mais de uma hora. Trezentos mortos e seis mil presos: eis o balanço feito pela BBC de Londres.

Por não terem previsto os acontecimentos, o diretor do serviço de informações e o chefe da polícia de Tabriz foram demitidos pelo xá. A imprensa, que há muito tempo era muda sobre as atividades da oposição, teve que comentar as "desordens nas províncias". A revolta de Tabriz foi manchete na maioria dos jornais que não deixaram, aliás, de apontar a "subversão estrangeira" como a origem do movimento.

Líder exilado

É verdade que o principal líder da oposição iraniana, o chefe religioso Khomeini, vive exilado no Iraque. E foi realmente ele que lançou a palavra de ordem de greve para celebrar o martírio de Tabriz. Mas a sua popularidade torna ridícula a pretensão do regi-

me de caracterizá-lo como um agente estrangeiro. Na verdade, a maioria do povo iraniano é chiíta. E o chiismo é uma das grandes confissões islâmicas. Minoritários entre os 500 milhões de muçulmanos, eles são, no entanto, absolutamente preponderantes no Irã. É uma religião de tradição contestatária. Desenvolveu-se durante a guerra contra a dominação árabe e produziu uma versão bastante avançada do Corão, que alguns chegam a caracterizar de "socializante". Ela é, pelo menos, anti-poder. Seus representantes autênticos nunca estiveram de acordo com os imperadores. Há evidentemente uma hierarquia religiosa que apoia o xá. Mas essa hierarquia não é respeitada pelas massas. São os sacerdotes de base (mollahs), que só se tornam guias espirituais depois de viverem muitos anos com o povo, que conseguem ter o prestígio de um Khomeini. E esses acabam sendo presos, torturados e expulsos.

Os intelectuais

Mas para a compreensão das revoltas no Irã não se pode desprezar o papel da oposição leiga. Foram as cartas de um respeitado jornalista chiíta, Hadj Seyed Djavadi, que terminaram por derrubar o primeiro ministro Houveida em setembro do ano passado. Sentindo-se talvez assustado pela atual fase da política norte-americana, Djavadi escreveu uma série de cartas protestando contra a censura, a repressão, a tortura. Algumas foram endereçadas ao próprio xá, a quem ele perguntava: "Por que você deixa que isso aconteça?". O impacto da operação foi tão grande que Houveida acabou saindo depois de doze anos de grandes serviços prestados à tirania Pahlavi. Foi substituído por um grande especialista do petróleo, Amuzegar, apresentado como o promotor de uma "abertura" do regime.

Num país em que o partido único é uma verdadeira peça de museu apesar de se chamar "Resurreição" (Rastakhis), em que a metade da população é analfabeta, onde os tribunais militares levaram 360 opositores ao fuzilamento em pouco mais de três anos, onde existem vinte mil presos políticos segundo a Amnistia Internacional (60.000 segundo a oposição clandestina), enfim, num país onde não existe a mínima liberdade política desde o golpe de estado contra Mossadec em 1953, pode parecer surpreendente que um primeiro-ministro seja substituído por causa da contestação de intelectuais. É por isso que grande parte dos democratas iranianos atribuem à política de Carter as atuais veleidades liberais do xá. Em 1962, durante a gestão Kennedy aconteceram coisas parecidas. O próprio partido de Mossadec, proibido desde o golpe de 53, emergira outra vez à cena política.

"Frente nacional"

Na verdade não se tratava bem de um partido. "Djebhé Meli" deve ser traduzido por "Frente Nacional." Era uma agremiação parecida com os partidos ditos "populistas" da América Latina. E não faltam paralelos entre o próprio Mossadec e Getúlio Vargas. Foi ele que representou as tentativas da burguesia comercial iraniana em industrializar o país, foi ele que nacionalizou o petróleo e é ele que continua na memória do povo como uma espécie de salvador.

O outro grande partido iraniano é o Toudeh, comunista. Sempre foi clandestino salvo em curto período de semi-legalidade entre 1947 e 1951. Chegou a ter uma grande influência entre o campesinato proletariado do norte, na região fronteiriça com a União Soviética. Desde os fins do século passado existe uma emigração para Bakou onde trabalham na indústria do petróleo.

Nunca houve uma verdadeira aliança entre a Frente Nacional e o Partido Toudeh. Até hoje há grandes polêmicas para saber se a

principal responsabilidade da derrota de 1953 cabe a um ou ao outro. Segundo os mossadequistas, o Toudeh tinha o exército na mão e não soube responder ao golpe. Em todo caso, é verdade que um dos maiores heróis nacionais, Rouzbeh, era um oficial comunista do exército imperial fuzilado após os acontecimentos de 1953.

Sempre que o regime é obrigado a jogar a carta da liberalização são esses dois grandes partidos que voltam à tona. Mas ultimamente algumas organizações de luta armada chegaram a ter uma grande influência. É sobretudo o caso dos combatentes Modjahedin, religiosos, que contavam com o apoio da população das principais cidades do norte. Mas depois que se declararam maoístas viram-se isolados. O xá soube jogar com a crença popular e fez uma ampla campanha contra os "marxistas que se infiltram na religião". A outra organização guerrilheira que tem uma certa importância chama-se Fedai, e é marxista. Foi a que traduziu Debray e Marighela para o iraniano. Mas a história dessas organizações não parece ser diferente da experiência latino-americana. A Savak conseguiu golpeá-las profundamente e, no refluxo, as cisões e dissidências multiplicaram-se.

Dependência

"O aumento da influência comunista na Ásia não deixará de suscitar inquietudes legítimas e de provocar graves consequências para os Estados Unidos.... O governo americano tomou as medidas que se impõem para frear a expansão comunista na Ásia e muito particularmente no Irã". Essas palavras de Eisenhower foram proferidas no dia 6 de agosto de 1953. No dia 22 de agosto Mossadegh foi deposto. Já em 1954 um consórcio de petróleo foi criado com uma participação de 40 por cento de sociedades norte-americanas. A nacionalização do petróleo foi assim completamente esvaziada. E isso num país onde 75 por cento do orçamento nacional é alimentado pelo petróleo, o resto vindo de impostos diretos e indiretos cuja fonte também é a renda do petróleo. A indústria é quase exclusivamente voltada à montagem de matérias-intermediárias importadas, e o mercado interno restrito a um consumo de luxo. As importações iranianas chegam a atingir um montante vinte vezes superior ao das exportações não petrolíferas. E quase 80 por cento das compras são feitas nos Estados Unidos. O Irã passou a ser dependente do estrangeiro até em alimentos, setor em que ele era antigamente autônomo.

Esses são os resultados da "Revolução Branca" lançada pelo Chah em 1963 (logo após a morte de Kennedy) e cujo pilar era a reforma agrária que daria "terra aos cultivadores". Na verdade ela foi um bom golpe contra umas mil famílias com grande poder rural e que nem sempre estavam de acordo com o Chah. Foram indenizados em títulos que podiam ser investidos na indústria. E as terras não foram dadas aos camponeses mas vendidas. E para poder cultivar uma superfície que variava de 2 a 6 hectares eram obrigados a se endividarem. Seis anos depois do início da reforma agrária um terço da população agrícola já havia emigrado para as favelas. E de nada serviram os grandes conselhos técnicos de especialistas britânicos e americanos. A superfície irrigada diminuiu de 2 milhões de hectares em 1953 para 1,7 milhão em 1976.

O Chah pretende fazer de seu exército o quinto mais forte do mundo. Para isso ele consagra todos os anos muitos milhões de dólares em compra de armamentos americanos. Em 1974, o Irã comprou sozinho tanto material bélico quanto todos os outros clientes dos Estados Unidos. E que o Irã foi escolhido como principal genitor do imperialismo no Golfo Pérsico. (José da Veiga, Paris)

VIRA MUNDO

Há dez anos, na Tchecoslováquia.

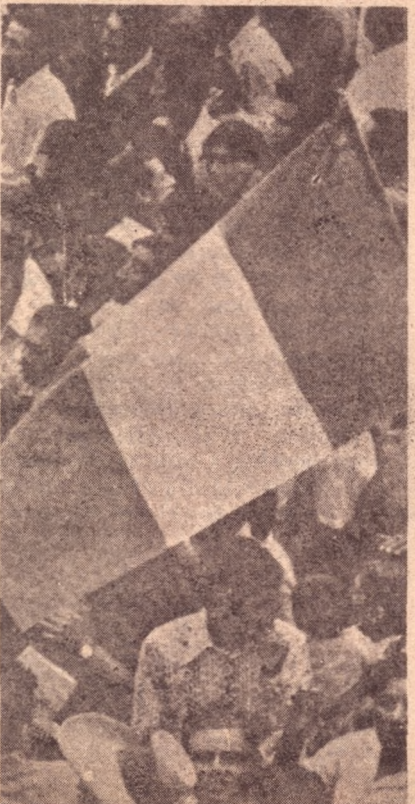
Na noite de 20 de agosto de 1968, as tropas do Pacto de Varsóvia puseram fim à experiência de liberalização empreendida pelos dirigentes do Partido Comunista da Tchecoslováquia, e que se tornou internacionalmente conhecida como a "primavera de Praga". Na opinião dos soviéticos, a Tchecoslováquia estaria "resvalando" para o campo capitalista, a partir das "concessões sem princípio" do secretário geral do partido, Alexandre Dubcek.

Na realidade, o que preocupava a direção soviética era a experiência de mobilização popular que se realizava em Praga - e, sobretudo, a possibilidade de que o processo escapasse das mãos do partido e ganhasse uma nova dimensão, com a organização independente dos trabalhadores. Possibilidade que, inclusive, já ocorreu algumas vezes na Europa oriental, com as manifestações operárias na Polónia em 1956 (e em 1970), que deram origem à formação de comissões operárias. A "primavera de Praga" era uma abertura cautelosa, conduzida de cima para baixo, vista pela equipe de Dubcek como a única alternativa para reacender o entusias-

mo popular pelo socialismo comprometido por vinte anos de deformações burocráticas; mas a possibilidade de uma real participação das massas estava sempre presente, e concretizou-se nos ruas de Praga ocupada, quando uma enorme multidão cercou os tanques russos e procurou obrigar as tropas "aliadas" a uma discussão política sobre o sentido de sua intervenção.

Hoje, dez anos depois, a Tchecoslováquia é um país "normalizado", Dubcek trabalha como operário numa pequena cidade tcheca, e os membros de sua equipe que conseguiram deixar o país fazem aproximações entre a primavera de Praga e o eurocomunismo: os dois movimentos seriam experiências para construir um modelo de socialismo distinto do soviético. Mas uma análise do que ocorreu em Praga, há dez anos - a recusa de Dubcek em acreditar numa possibilidade de intervenção socialista, a timidez em recorrer à mobilização popular - poderia ser bastante esclarecedora dos limites desse tipo de liberalização, que permitiram à direção soviética e aos seus aliados triunfar sobre esta ameaça, que se revelava perigosa.

A luta agora é no centro de Lima



Os quase 50 mil mineiros que estão em greve no Peru desde o dia quatro deste mês, praticamente tomaram o centro de Lima nesta semana.

Na segunda-feira passada, os mineiros realizaram passeatas pelas ruas centrais do capital peruano, sendo reprimidos pela polícia quando tentaram fazer uma manifestação defronte ao Palácio do governo.

Já na quinta-feira, centenas de representantes dos mineiros, com o apoio de estudantes, ocuparam a Faculdade de Medicina. De lá, só sairão vitoriosos, dizem os seus líderes.

Os representantes dos grevistas na última Assembleia Nacional de Delegados resolveram rechaçar qualquer ajuda econômica ou financeira como indenização pelas dívidas. Esta decisão foi apresentada após a oferta da empresa norte-americana Southern Peru Copper Corporation, de entregar aos 120 demitidos um equivalente a 182 dólares mensais durante quatro anos.

Endossando esta resolução da Assembleia, o secretário geral da Federação de mineiros Victor Cuadros Paredes, em entrevista à imprensa local, declarou: "Não se trata de soles (moeda peruana) a mais ou soles a menos, se trata de dignidade do trabalhador mineiro, da luta pelos seus direitos, da luta pela estabilidade trabalhista". (Cleide Ono)

Hua passeia pela Romênia, Iugoslávia, Irã...

Passaram-se anos de isolamento. Depois, rapidamente, a partir dos primeiros contatos com os Estados Unidos em mesas de ping-pong, a China começou a procurar todo e qualquer país — que não fosse a União Soviética —, até mesmo o Chile. Agora, acontece a visita do primeiro-ministro do PC chinês, Hua Kuo-feng, à Romênia, Iugoslávia e, aproveitando a ocasião, ao Irã. Os dois primeiros, tem os governos menos submissos à URSS.

Hua Kuo-feng desembarcou quarta-feira em Bucarest e — após um monte de cerimônias, entrega de chaves da cidade, flores, mostra de ginástica, bandeirinhas, acenos etc. — mais uma vez fez profissão de fé da atual cruzada de Pequim, em torno da teoria dos três mundos, ou três graus de maldade. (A maior destas, fica claro, é toda da URSS.)

"O imperialismo em geral é a União Soviética" — disse Hua de cara. Em seguida, falou do perigo de um conflito: "Somos contrários ao reinício de uma guerra. No entanto, se fomos obrigados a entrar em guerra, não ficaremos assustados".

Há uma semana, a China e o Japão assinaram um acordo de paz e amizade, que condena tentativas de hegemonia. Pequim usa o termo hegemonia, invariavelmente, para se referir à política soviética. Moscou protestou contra o acordo. (L.A.)



Chile: mineiros reagem contra demissões.

Começam a se manifestar nos mineiros chilenos os primeiros sintomas de um amadurecimento político, que os faz constatar que se aliarão já há alguns anos a um inimigo de classe.

Os mineiros chilenos que em um primeiro momento ajudaram o governo de Salvador Allende, mas depois se sensibilizaram com falsas promessas do Partido Democrata Cristiano e acabaram se mobilizando contra o governo de Salvador Allende.

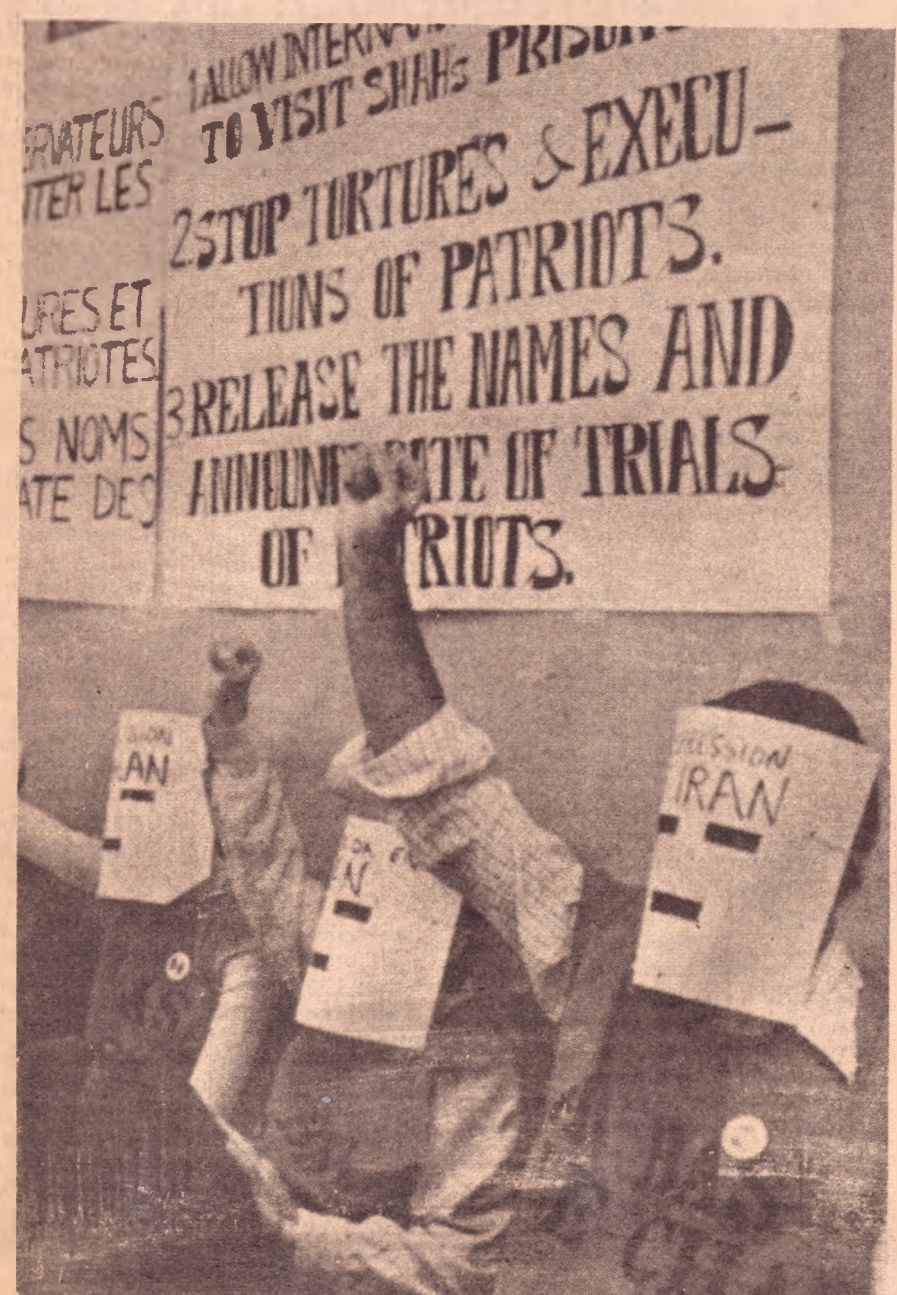
Em junho de 1973 os mineiros do cobre ameaçaram invadir Santiago em protesto contra medidas do governo, tendo todo o apoio da burguesia e das facções direitistas da classe média. A luta de classes ganhou as ruas, onde o operariado impediu a pauladas os protestos contra a Unidade Popular.

Após a constatação do engano em que incorreram, os mineiros insatisfeitos começaram a se mobilizar, o que levou à demissão de seis mineiros que fizeram em uma Assembleia sindical realizada a 1.500 km ao Norte de Santiago. Estes mineiros faziam parte da mina de Chuquiquota.

Os 27 dirigentes dos sindicatos do "El Territorio", a maior mina subterrânea do mundo, solicitaram às autoridades da Corporação do Cobre de Chile (CODELCO) a reincorporação dos seis trabalhadores despedidos. Há mais de 14 dias grande parte dos 10.000 mineiros de Chuquiquota, em sinal de protesto negam-se a ingressar nos restaurantes da mina em movimento. As greves são proibidas no país, desde o golpe que derrubou Allende.

Fontes da CTC - Organismo Gremial que agrupa todos os mineiros das jazidas estatais do cobre, informaram que o ministro das Minas, Enrique Valenzuela começará a estudar as reivindicações dos trabalhadores de Chuquiquota.

O jornal La Tercera de La Hora, comentou recentemente que o afastamento dos seis mineiros foi uma medida "desafortunada", que não contribuiu em absoluto para a "paz social do Chile". (Marineide Oliveira)



Iranianos protestam contra as torturas e assassinatos

Em resumo, o que a FLE já fez.

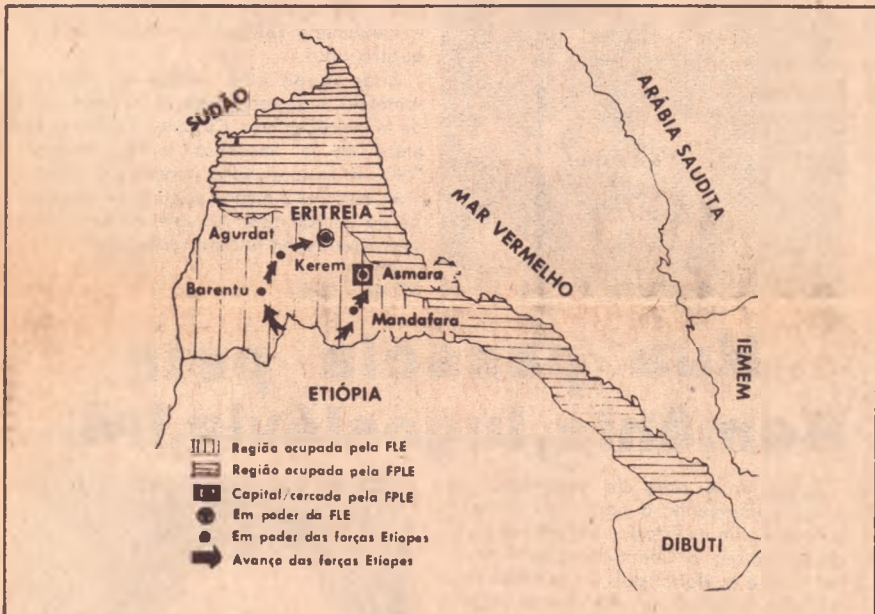
Em 17 anos de luta a frente de Libertação da Eritreia, a medida que ia expulsando as forças etíopes do território, montava um complexo sistema administrativo, que hoje abarca praticamente todos os setores do país - desde o político e econômico até o cultural e assistencial. Quando **Ari Cândido Fernandes**, o primeiro brasileiro a visitar a Eritreia, iniciou sua viagem, entrando no território eritreu, via Sudão, encontrou, já no primeiro acampamento guerrilheiro, chamado Grupo Musical da Frente de Libertação. Este grupo percorre os acampamentos da linha de frente com uma missão: difundir e recuperar aspectos culturais das diversas etnias do país - prejudicados por séculos de dominação colonial - numa tentativa de integrá-los e criar um espírito nacional sólido.

O Grupo Musical, e outros semelhantes, são subordinados ao Escritório de Informação, que trata principalmente de formação de quadros especializados - desde mecânicos até guias para jornalistas e visitantes. Na reportagem publicada em série e com exclusividade por EM TEMPO, foi descrito o acampamento onde funciona o Escritório de Informação, seus cursos e oficinas, suas revistas e programas radiofônicos. Além deste a FLE organizou os escritórios Social, de Organização da Massas, Econômico e Militar.

O Escritório Social cuida da assistência médica - todo acampamento da FLE tem pelo menos um médico - da educação (desde alfabetização até os cursos políticos, frequentados mesmo por estudantes sudaneses e egípcios em férias), creches para filhos de guerrilheiros mortos, planejamento e construção de pontes, clínicas, sistemas de irrigação etc.

O Escritório de Organização de Massas é dividido em várias sessões: União Geral dos trabalhadores, União Geral das Mulheres da Eritreia, União Geral dos Estudantes e Comissão Preparatória para formação da União dos Camponeses (das mais importantes já que 85 por cento da população eritreia é formada por camponeses).

O Escritório Econômico é responsável pela reestruturação da agricultura, por estágios de aprendizado para camponeses em métodos modernos de cultivo e irrigação. Sua seção de comércio controla a compra e venda de mercadorias produzidas na Eritreia e os meios de distribuição dos produtos que chegam de mercados externos. Há também uma sessão de minas que se encarrega de levar tamento das riquezas minerais da região (reservas de potássio, níquel, ferro, manganês, ouro, titânio, vanádio, gás - que até poucos anos representavam 30 por cento dos minérios que a Etiópia comercializava).



DEBATE

Eurocomunismo: que comunismo é esse ?

Num esforço para retomar os debates sobre a situação do movimento comunista em termos internacionais, publicamos aqui uma contribuição sobre a via eurocomunista, na qual o autor assume posições críticas, procurando discutir o problema a partir do significado do último Congresso do Partido Comunista Espanhol.

O primeiro congresso do Partido Comunista da Espanha (PCE) desde a morte de Franco terminou no dia 21 de abril em Madri. Segundo seu secretário geral, Santiago Carrillo, o congresso foi "histórico" por ter sido o primeiro na legalidade e por ter sido "profundamente democrático, como nunca antes tínhamos tido um em nossa história".

Como parte de sua nova imagem democrática, a direção de Carrillo julgou necessária abandonar a qualidade de "leninista". O PCE agora se define como "marxista, democrático e revolucionário". O que aconteceu com o "leninismo"? "Não cabem concepções restritivas, tais como a que define ao leninismo como o marxismo de nossos dias", diz a Tese XV, adotada pelo congresso. Supostamente, o PCE busca recuperar a "essência democrática e antiburocrática do marxismo". Segundo as teses da direção carrillista, "os comunistas espanhóis superarão o stalinismo", o que seria indispensável para voltar ao caminho do marxismo revolucionário.

No fundo, o tumulto em torno do termo "leninista" serviu a Carrillo para distrair a atenção das bases do fato de que se evitou qualquer discussão durante o congresso sobre os resultados do trabalho do PCE no período pós-Franco. Do mesmo modo, não foi discutido o impacto que teve para a classe operária a assinatura do Pacto de Moncloa, um pacto de austeridade com o governo, que não previa qualquer aumento de salários. Ainda assim, no período preparatório do congresso notou-se um descon-

tamento das bases do partido com a política seguida pela direção do PCE. O fato de a discussão ter sido polarizada pelo "leninismo" (ou não) do PCE, constitui só um índice entre muitos do baixo nível de aprofundamento de uma discussão que deveria ter se desenrolado em torno de um programa "marxista democrático e revolucionário" - ou seja, "leninista". Isso nos obriga a verificar mais de perto a questão do eurocomunismo do PCE.

Herança Stalinista

O que se chama de "eurocomunismo" representa, em primeiro lugar, uma codificação da evolução que conheceram os Partidos Comunistas da Europa Ocidental.

Desde o VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935. Surge, pois, das mesmas bases stalinistas. Desde a adoção oficial da teoria do socialismo em um só país, pela qual o stalinismo afirmava ser capaz de construir o socialismo dentro de suas fronteiras, apoiado unicamente em suas próprias forças, os PCs do resto do mundo tiveram como tarefa "central" a defesa incondicional da URSS, sacrificando para isso as necessidades da revolução internacional. Não se tratava de estender a revolução, mas, ao contrário, de "neutralizar" a burguesia imperialista como melhor contribuição à consolidação do "socialismo" na URSS.

Isto transformou os PCs em verdadeiros peões da política exterior e da diplomacia da burocracia soviética, prontos a conter a luta anticapitalista das massas em

Avanço do exército etíope

Durante a recente conferência da Unidade da Organização Africana, em Cartum, foi aprovado um relatório que condena a ação etíope contra os eritreus. Os governos dos países progressistas da África, Moçambique e Angola à frente - que com a Etiópia também são aliados da URSS e Cuba -, têm demonstrado, embora discretamente, que não concordam com a posição de Addis Abeba. Para eles, a tentativa de independência dos guerrilheiros tem sólido apoio jurídico. Além disso, consideram que a luta é legitimada pelo seu aspecto popular, sua duração (17 anos) e extensão do território dominado pelos eritreus (mais de 90 por cento).

Cuba, que participou da guerra de Ogaden, e União Soviética até agora têm evitado qualquer envolvimento no conflito, e se recusam a declarar apoio a qualquer das partes - mesmo porque ambas demonstram que fecham com a linha socialista. Há indícios de que Cuba também mantém bons contatos com os guerrilheiros, e um deles é o convite que fez a FLE para participar do Congresso da Juventude, em Havana (a organização enviou representantes).

Há um mês, fontes eritreias disseram em Aden que a União Soviética está tentando promover uma união da

Etiópia, Eritreia e Iêmen do Sul em uma federação. A informação não foi confirmada, nem desmentida, mas pode ser a revelação dos planos soviéticos para solucionar o conflito e garantir sua presença em um dos principais pontos estratégicos do globo.

Esta solução garantiria o acesso ao mar à Etiópia através do território de um estado associado, daria autonomia à Eritreia e cercaria a entrada do Mar Vermelho, passagem das rotas do petróleo, por países ideologicamente unidos. Pode ser, entretanto, que os sovié-



Os guerrilheiros conquistaram quase todas as cidades, mas agora recuam.

tiços estejam aguardando os resultados da ofensiva etíope.

Existem informações de que os cubanos estariam prontos a ajudar a Etiópia a desfechar, proximamente, um ataque contra a FPLE (que domina o norte e centro do país, ficando o sul com a FLE). O objetivo dessa ofensiva seria obrigar os guerrilheiros, depois de derrotados a aceitar um acordo, com o qual eles poderiam não estar dispostos a concordar enquanto vencedores, no mínimo por causa das experiências por que já passaram (ver box).

Quando a guerrilha vence

Partindo de Tessanei em direção ao centro da Etiópia chegamos a outro ponto de combate - Barentu. Rodeada por montanhas ingrenas, Barentu era uma cidade isolada no meio de uma região tomada pela Frente de Libertação da Eritreia. Ao seu redor, do lado das forças etíopes, lutam membros da etnia Baza. É uma das únicas etnias negróides da Eritreia, e vive em atrasado estágio de desenvolvimento, isolada dos demais grupos da região - embora tenha se estabelecido ali antes mesmo da chegada dos hamíticos, semitas e hamyaritas. Quando amanheceu, aviões bombardearam as montanhas em torno da cidade. O bombardeio se repetiu oito vezes nesse dia. Lançavam bombas Cluster de 250 quilos, que abriam buracos enormes

na terra, e metralhavam as encostas. Para os comandantes das forças eritreias da área, Hamid e Hassam, treinados respectivamente por palestinos e cubanos, a utilização desse tipo de bomba, em qualquer caso, é um crime. Eles dizem também que os aviões só poderiam estar sendo pilotados por sul-iemitanos, já que era praticamente impossível que os eritreus tivessem conseguido treinar gente para isso nestes últimos anos.

Após marchar 5 horas junto com uma coluna de guerrilheiros, escalamos uma montanha e fomos direto ao topo fortificado, alvo dos bombardeios. Ai, as bombas tinham soterrado muitos combatentes. Iamos em fila indiana, serpenteando no meio de terreno mi-

na terra, e metralhavam as encostas. Para os comandantes das forças eritreias da área, Hamid e Hassam, treinados respectivamente por palestinos e cubanos, a utilização desse tipo de bomba, em qualquer caso, é um crime. Eles dizem também que os aviões só poderiam estar sendo pilotados por sul-iemitanos, já que era praticamente impossível que os eritreus tivessem conseguido treinar gente para isso nestes últimos anos. Após marchar 5 horas junto com uma coluna de guerrilheiros, escalamos uma montanha e fomos direto ao topo fortificado, alvo dos bombardeios. Ai, as bombas tinham soterrado muitos combatentes. Iamos em fila indiana, serpenteando no meio de terreno mi-

Corpos podres

Os cadáveres não podiam ser removidos ou queimados, pois embaixo deles geralmente os etíopes colocaram minas, como armadilhas. Fazia 20 dias que a montanha havia sido tomada. Quatrocentos guerrilheiros, em colunas de 100, escalarão Duta, a montanha, numa noite de chuva, deixando muitos mortos nas encostas. Na hora de dormir longe dali, comi alho, para livrar as narinas do fedor impregnado.

Mais um dia, novo destino. Fomos para Mandafara, a 54 quilômetros da capital (Asmara). Ali estava um dos principais pontos de concentração das tropas etíopes, a 2 horas e meia da fronteira com a Etiópia. Camponeses lutavam contra camponeses. Guerra injusta.

Paramos numa pequena aglomeração de cabanas, de onde víamos o fogo que consumia Mandafara, após bombardeio. Um guerrilheiro pergunta no walkie-talkie se há condições para um estrangeiro seguir adiante. A resposta é sim, diz o comandante da área, Said Ibrahim - homem treinado na China de Mao. A Frente de Libertação manteve boas relações com Pequim pelo menos até 1965. Nem 1971, as relações foram totalmente cortadas, após a visita do então imperador Haile Selassie a Pequim. Selassie ficou com ajuda financeira e o governo chinês com apoio eritreu na ONU.

Stannaa! Fuzis apontados em nossa direção, do escuro saem homens vestidos com mantos brancos - traje camponês - berrando pa-

re?! em língua tigrina. A Milícia Rural. Nos indentificamos, demos a senha e fomos abraçados. Não enxergando mais de quatro metros à frente, atravessando riachos e terrenos gramados fomos nos aproximando das primeiras casas de Mandafara, enquanto bombas explodiam e metralhadoras matraqueavam.

Nos colocaram atrás de uma cerca, enquanto discutiam sobre três soldados etíopes desertores que acabavam de aprisionar. Levaram eles e nós para dentro de uma cabana, onde guerrilheiros e armas se empilhavam. Ainda não havia amanhecido quando saímos, numa colina apressada, ouvindo explosões de bombas no meio da cidade. Um festival de tiros de intensifica, mulheres gritam, guerrilheiros correm nas encostas da montanha. Mandafara acabava de ser libertada: os etíopes fugiram durante a noite em direção à fronteira.

Mandafara libertada

Mulheres choravam e me abraçavam confundindo-me com um guerrilheiro. O arsenal etíope explodia inteiramente - incendiado antes da fuga. No forte, dois soldados feridos e um morto em meio a escombros. E os guerrilheiros corriam, para pegar sapatos e botas, casacos, cintos, cantis, mochilas, cobertores, sacos de dormir. A correria acabou com um apito forte e com os berros do comandante. Saíram em ordem, deixando tudo lá.

Do forte, no alto de um morro, descemos à cidade em festa. A população toda nas ruas, chamam os guerrilheiros, distribuam comida e

Solução que não houve

Os eritreus sonharam com uma solução rápida para sua luta em 1975, quando o imperador etíope Haile Selassie foi deposto e seu regime substituído pelo do coronel Mengistu Haile Mariem, que se descreve como socialista. No entanto, o governo de Mariem decidiu, em relação à Eritreia, manter a mesma política do imperador deposto e promover um verdadeiro massacre em Asmara - a que aumentou o número de adesões aos movimentos guerrilheiros. Após 17 anos, a luta continua.

A história da dominação colonial na Eritreia começa no século XV quando os portugueses instalaram postos na sua costa. Depois, deles, vieram os turcos-otomanos, egípcios e italianos, que invadiram o país em 1867, só saindo no final da Segunda Guerra Mundial. De 1941 a 52, a colônia fica sob controle da Grã-Bretanha. Neste último ano, uma resolução da ONU (390/V) transforma a Eritreia em estado ferido da Etiópia.

A resolução garante à Eritreia uma bandeira nacional, direito a religião, partidos e sindicatos próprios, além de um parlamento metade eritreu metade etíope. Tudo isso acabou em 1961, quando Selassie anexou a região. Nesse mesmo ano começou a luta armada, com a fundação da Frente de Libertação da Eritreia, que hoje tem mais de 19 mil guerrilheiros.

O início da luta teve imediata repercussão nos problemas globais do Oriente Médio. Como a FLE era, até 1965, de composição predominantemente muçulmana; Síria, Iraque e outros países árabes passaram a apoiá-la, argumentando que ela travava uma "luta árabe". Israel - como faz até hoje - tomou o partido de Adcis Abeba, enviando armas, preocupado com a transformação do Mar Vermelho num "lago árabe".

A Comissão de Relações Exteriores da organização, liberando guerrilheiros dos planaltos, rompeu em 1969, com a FLE, e fundou a FPLE.

O fundamental das divergências ideológicas entre o primeiro e segundo movimento está no conceito marxista de nova democracia, que a FPLE segue à risca. Os seus programas, entretanto, não são radicalmente opostos, o que permite que as duas organizações desenvolvam, como estão fazendo, contatos para uma futura reunificação.

a sua cerveja (suha). Dois caminhões carregados de combatentes e levando um canhão antiaéreo partem em perseguição aos etíopes.

Os etíopes foram alcançados no dia seguinte, na fronteira. Depois de uma batalha feroz, foram capturados 450. A multidão aplaudia os guerrilheiros e xingava os prisioneiros quando eles regressavam à cidade. A algazarra, os gritos, tiros para o ar, discursos foram interrompidos pelo barulho dos aviões que se aproximavam. A aviação etíope bombardeou intensamente a estação de rádio da cidade, a 1 quilômetro do perímetro urbano, e a destruiu.

No dia 1º de setembro de 1977, acordei assustado, com a câmara de filmar na mão. O guia, com a metralhadora, dizia que talvez os etíopes estivessem tentando retomar a cidade. Mas a saraiavada de tiros era dada em comemoração à notícia de que Agordat havia sido libertada. No mesmo dia do início da luta armada na Eritreia, dezesseis anos antes.

do enriquecimento do mesmo por parte de Lenin.

Os peões do Kremlin

Um dos traços característicos do eurocomunismo é a crítica "radical" do stalinismo e da burocracia soviética. Como se explica essa contradição? Evidentemente, Santiago Carrillo, como Berliquer, fazem críticas "radicais" ao stalinismo e juram e perjuram que romperam com ele. Quem não acredita que leia os ataques sistemáticos de Carrillo à burocracia. A direção do PCE afirma que é a favor da pluralidade política nos países do Leste e na URSS, afirma que se opõe ao totalitarismo naqueles países, denuncia a perseguição a Trotsky e ao trotskismo, se afirma partidária de democracia. Aceita que na URSS existe uma camada social que usurpou o poder político dos trabalhadores e que o PCE não se identifica com esse modelo de sociedade.

Tudo muito bonito. Mas é importante que verifiquemos que se trata de uma crítica pela direita ao stalinismo. Em outras palavras, obrigados os PCs da Europa Ocidental como todos os demais - a uma política de colaboração de classes com sua própria burguesia, tarde ou cedo as necessidades políticas desses partidos os levariam a entrar em contradição com as necessidades da política exterior e da diplomacia da burocracia soviética.

O específico do eurocomunismo é que se trata de uma virada à direita numa situação de profunda crise econômica e política do capitalismo. Isso os leva a aprofundar sua política de colaboração de classes com a burguesia, a realizar importantes concessões ao movimento operário, para não perder o controle do mesmo e a entrar em contradição com a burocracia soviética.

As contradições do Eurocomunismo

Os eurocomunistas tentam, por todos os modos convencer a burguesia de sua renúncia definitiva a todo intento revolucionário. Para isso, abandonam oficialmente a di-

tadura do proletariado e, em consequência, a teoria marxista do Estado. Ou seja, renegam a necessidade do proletariado destruir o Estado burguês e construir o seu próprio poder, que é baseado nos Conselhos (Soviets), criando assim condições para a construção do socialismo com base na Democracia Operária. Esse é o verdadeiro significado do abandono do leninismo.

Por outro lado, a credibilidade burguesa de seu abandono do marxismo não tem nenhum sentido, se ao mesmo tempo não se demonstra sua capacidade real de controlar e submeter o movimento ascendente das massas. E isso, a essas alturas, é impossível sem abandonar verbalmente frente as massas um modelo de sociedade pouco atrativo: o esmagamento das revoltas antistalinistas (Hungria, Checoslováquia, Polônia, Alemanha do Leste, etc.), a ausência de liberdades elementares na URSS, os campos de concentração não são é certo, um modelo a oferecer ao movimento operário europeu.

A burguesia tem problemas políticos, econômicos e sociais? Pois bem, assinemos o Pacto de Moncloa, e assim impedimos que se desenvolvam a independência sindical, que a mulher conquiste seus direitos, que os operários diminuam a taxa de lucro dos capitalistas, conseguindo salários mais altos, e que as massas, definitivamente, não terminem a tarefa de desmontar a máquina estatal franquista. Em troca disso, nós dirigentes do PCE, só pedimos um posto de ministro, em um "governo de concentração".

E se a burguesia não tem uma fórmula governamental de mudança, em plena crise econômica e social? Pois bem, nós, oferecemos um compromisso histórico. E se tem medo de nós? Que barbaridade. Se nos, dirigentes do PCI, ou do PCE, etc, já dissemos claramente: "Nosso projeto não pretende, nem pode ser, penso, nenhum programa de transição para uma sociedade socialista" palavras de Berliquer, secretário do PCI). Essa é em definitivo, a essência mesma do eurocomunismo. (Aloisio J. Monteiro)



todo mundo, com o objetivo de não provocar o imperialismo e de impedir uma guerra dirigida contra a URSS, proclamada estado-guia. Para materializar tal estratégia, o VII Congresso da I.C. proclamou a política das Frentes Populares, isto é, a estratégia da aliança com os partidos e forças da burguesia.

O hábito não faz o monge

Reclamando-se herdeiros da Revolução de Outubro e suas conquistas, a burocracia soviética, e "seus" partidos-irmãos puderam introduzir no seio do movimento operário uma prática alheia e contrária aos princípios informadores do bolchevismo. A teoria do socialismo em um só país, e sua concretização política, a estratégia das Frentes Populares, representam a negação política e programática do internacionalismo militante e da necessária independência de classes do proletariado.

Compreendendo a dinâmica objetiva do socialismo em um só país, Trotsky não teve nenhuma

dificuldade em profetizar a decomposição da Internacional Comunista primeiro, e o longo caminho até o "comunismo nacional" dos distintos PCs depois. Com efeito, a 15 de maio de 1943, Stalin "decreta" a dissolução da Internacional fundada por Lênin. Treze dias depois Stalin dá as verdadeiras razões da dissolução: "A dissolução da I.C. é acertada porque evidência a mentira de que Moscou trata de bolchevizar outros países". Em outras palavras, Stalin dá garantias de que não pretende realizar a revolução em nenhum país capitalista. E suas palavras respondem a seus atos: estrangulamento da revolução espanhola, traição da revolução na França, desarmamento da revolução na Itália, esmagamento consentido da revolução na Grécia.

O eurocomunismo, portanto, é a sistematização da teoria e da prática do stalinismo dos últimos 45 anos, levada agora até seus limites mais consequentes: renúncia explícita da revolução socialista, abandono teórico do marxismo, tanto das contribuições de Marx, como

Loteamento clandestino, uma reportagem contraditória.

Publicamos duas reportagens sobre o movimento dos loteamentos clandestinos em São Paulo, de autoria de José Luiz Brum. Nesta carta, vai uma crítica ao material.

Herminia M. - São Paulo

Causa apreensão que um semanário como **EM TEMPO**, que vem ganhando gradativamente espaço junto aos setores das lutas populares, estampe reportagens tão, amadoras, sob qualquer ponto de vista, como as que trataram das lutas que se travam em torno da questão dos **loteamentos clandestinos**.

Infelizmente não terei espaço que os autores tiveram para desenvolver plenamente a questão como ela merece. Não interessa polemizar com o jornal, mas principalmente informar melhor os leitores, tão mal informados pelas reportagens acerca do assunto.

É comum, atualmente, politólogos, com "boa" formação teórica ou não, teorizarem sobre os movimentos políticos sem conhecimento maior das contradições que os alimentam e que compõem o quadro concreto dentro do qual a condição do mesmo pode assumir orientação A, B ou C.

A pressa pequeno burguesa de interferir na orientação (sempre a visão oportunista e falsa do poder) faz com que a análise se detenha nela. O instrumental intelectual de análise das condições concretas da realidade e da contradição que alimenta a mobilização inicial, de grande valia para a tomada de consciência e para bem orientar os passos no sentido de fazer avançar a organização popular independente, é relegado a um plano secundário.

Democracia e manipulação

O resultado é esse: uma reportagem contraditória, que quando se define aponta um caminho absurdo (como lutar contra a legislação que estabelece lote mínimo de 250m² em loteamentos urbanos) por absoluta falta de conhecimento da questão, dos agentes e interesses que dela fazem parte. Vou tentar resumir a crítica a esse trabalho através de pelo menos dois ângulos: "Mudar essa situação e a consciência do morador é a principal característica e tarefa que o movimento de bairro está tendo hoje" (pág. 11, ET nº 23).

Mudar essa situação e a consciência do morador como? A reportagem mesmo diz que os conhecimentos teóricos são indispensáveis e que os moradores são em sua maioria analfabetos ou simplesmente alfabetizados. Porém a questão de como inserir esse instrumental sem que a classe média que o detém, domine o movimento, ou seja, a questão do papel do intelectual na organização popular, a reportagem escamoteia e registra tendenciosamente a intervenção dos não moradores como os que querem "ajudar" (os amigos do bairro). Divide o quadro entre moradores e não moradores, sendo que estes

vem de fora querendo interferir às vezes paternalisticamente no movimento dos moradores. Este movimento, eu deduzo pela reportagem, deve ter nascido por obra e graça do espírito santo, lá mesmo, apenas com os que se localizam geograficamente "dentro", de forma mágica ou espontânea. As comissões de bairro também se sustentam provavelmente por influência do espírito santo.

Dessa visão dual de **moradores e não-moradores**, para a de **povo e não-povo**, e um passo só, e já foi dado por muita gente nos movimentos de bairros. É fácil fazer dماغia e manipular o povo (a história está aí para provar) com esse raciocínio oportunista. Em nome da não manipulação do povo, é que se manipula dividindo a sociedade entre **povo e não-povo, pobres e ricos, moradores e não-moradores, política do povo e política burguesa**, etc.

A reportagem é uma salada perfeita porque aceita esse raciocínio mas a todo instante o contradiz afirmando a necessidade de intervir na busca de objetivos políticos mais gerais, por exemplo.

Qual é a do José Luiz Brum autor da matéria? Fazer média através da reportagem? E o papel da igreja onde ficou? Por que omiti-la?

A legislação

Vamos passar para o segundo ângulo da reportagem que, entre todas as colocações discutíveis é a mais aberrante, justamente quando os autores apontam o que deveria ser a correta orientação do movimento dos loteamentos clandestinos: A luta deveria ser contra a legislação (aliás o jornalista não sabe nem o que diz essa legislação nem de onde vem) e contra o Estado que obriga a iniciativa privada à responsabilidade na construção de benefícios, urbanísticos, isentando a si próprio (Estado) dessa responsabilidade. (Aliás, o Estado tem sido guardião dessa posição, em defesa iniciativa privada).

No desenvolvimento histórico do capitalismo, o Estado assume cada vez mais os encargos da reprodução simples e principalmente ampliada, da força de trabalho justamente para viabilizar a reprodução do capital, e isentar o capitalista desses encargos. Por outro lado, o Estado capitalista tem contradições com o "capital" (ou apenas o investimento como querem alguns) imobilizado, aplicado em terras que busca beneficiar-se da chamada renda da terra.

Não vou me alongar aqui na questão da renda da terra que tem ocupado muito teóricos marxistas atualmente. Quero apenas avisar os companheiros de que a questão não é tão simples, e entre o Estado capitalista avançado e os especuladores imobiliários nem tudo são flores, vide a legislação sobre o lucro imobiliário nesses países.

No Brasil, as gestões municipais (das cidades maiores) importaram "certos padrões municipais" das cidades

maiores) de moradia como o do lote mínimo permitido. Todo morador tem direito à insolação e à ventilação. É uma necessidade para a saúde assim como a água tratada e o esgotamento. Não se trata de lutar contra esse aspecto da legislação para diminuir na lei o tamanho do lote para que os minúsculos e congestionados lotes da periferia fiquem dentro da lei e a clandestinidade desapareça. Não se trata também de isentar o loteador de investir em infraestrutura passando a responsabilidade toda ela para o Estado aumentando a oportunidade de lucro do empreendedor privado, (aliás, é o que muito empresário imobiliário está pleiteando). Não se trata portanto de obrigar o governo a legalizar os lotes como preja a infeliz reportagem, que num determinado instante chega a comparar a luta contra a legislação de uso do solo com a luta contra a lei anti-greve. (?????)

O ataque ao Estado na questão dos loteamentos clandestinos deve se calcular nos seguintes pontos:

1) a prefeitura tem uma legislação que não pode fazer cumprir pois os fiscais são corruptos e "não enxergam" a abertura dos loteamentos clandestinos e também porque com os baixos salários é impossível aos trabalhadores comprarem no mercado "oficial" lotes regulares (com a documentação regular, infra-estrutura etc.)

2) a política habitacional, responsável pela habitação popular recolhe o FGTS de cada trabalhador e aplica em grandes obras estaduais residenciais de meio luxo e até em ORTN, através do BNH. Assim é o Estado se isentando de resolver o problema da habitação e acharando mais uma vez o trabalhador.

Conclusão

As leis municipais relativas ao parcelamento do solo urbano não são opressivas, elas até que defendem padrões desejáveis de habitação (liberais burgueses). Ela são inviáveis principalmente porque: - a política habitacional do governo é elitista; - o poder aquisitivo dos trabalhadores é extremamente baixo para suas necessidades;

- os fiscais da prefeitura são corruptos

E por fim não há legislação que permita claramente incriminar o loteador clandestino, ou mesmo o grileiro, o que é pior.

O loteamento clandestino, ou é resultado da forma que assume o capitalismo nos países dependentes como o Brasil. Os inimigos no caso em questão são ele e o Estado que o acoberta com todas as contradições que caracterizam sua ação. A orientação que é dada aos movimentos de bairros pode ser correta ou incorreta.

Observação final: esta carta não pode ser entendida como uma defesa da orientação que é dada ao movimento dos loteamentos clandestinos da Zona Sul do Município de São Paulo.

Jornalistas explicam porque saem da revista Versus

Versus nasceu há três anos. Trazia uma proposta nova. Carregava uma perspectiva ampla.

Viveu, pelo esforço de jornalistas, intelectuais e leitores. E afirmou-se como uma publicação respeitada.

Teimosamente, Versus defendeu o continente contra a opressão. Diu-lugou culturas desconhecidas. Publicou autores que o circuito editorial dos "best sellers" e do academicismo universitário ignorava.

Rompeu com a linguagem do jornalismo de encomenda. Lutou contra o que era burocrático e estéril. Desde o primeiro momento, entendemos que a cultura rebelde passava pelas veias do povo. Índios, negros, trabalhadores, personagens ignorados pela cultura oficial, no Versus que fizemos, eram os protagonistas.

Naturalmente, os espíritos colonizados, que têm um olho em Paris e outro em Nova York, atacaram nosso trabalho. Isto fazia parte da luta. Não era risco. Era a gratificação.

E nesta luta também se incluía a pressão do oficialismo, o boicote dos anunciantes, os telefonemas suspensos, as ameaças frontais, os interrogatórios de praxe. Tudo fazia parte do jogo.

E o cenário se transforma. Pela luta de tantos, pelas divisões do poder, a expectativa democrática se amplia. E é na busca de uma definição maior diante do drama do cotidiano, de uma nação sufocada, que chegamos a um "programa", há cerca de meio ano, no qual, além das lutas gerais democráticas, vislumbramos a necessidade de um partido socialista, democrático, legal, que unisse amplos setores do nosso povo.

Passaram-se meses. Nós entendemos que a luta pelo PS, através da chamada Convergência Socialista, chegou a um impasse. Por que a Convergência não conseguiu ficar à altura de sua proposição?

Por que outros setores não aceitaram liminarmente (e nisto estavam errados) a proposta de construção de um PS?

Seja como for, o isolamento da Convergência é um dado concreto, que ninguém pode ignorar.

Mas, se a Convergência não consegue ser um polo de união dos que anseiam por um amplo partido popular, ela, por outro lado, começa a pesar cada vez mais dentro de Ver-

sus. A tal ponto que, não importa se de uma forma inconsciente, torna-se um fardo a ser carregado.

Lutamos dentro de Versus para impedir que a definição por uma posição implicasse em um empobrecimento editorial, na diluição de nossa linguagem, na politização grosseira das questões, no grupismo, na exclusão de outros setores.

Mas, apesar deste esforço, entendemos que a intervenção de Versus, ao nível principalmente da questão da construção do partido popular, tornou-se repetitiva, monótona. Como se todo o impasse em que está a Convergência (se isolamento) pudesse ser compensado pelas páginas do jornal. Esta é uma auto-crítica diante de nossos amigos, de nosso leitores, dos companheiros jornalistas.

Ao mesmo tempo, entendemos que, ao nível da intervenção cultural e da proposta de latino-americanismo combativo, Versus manteve muito de sua riqueza editorial. Embora os que falam a suspeita linguagem da "cultura militante" tenham tentado reduzir a proposta cultural da publicação ao tom cansativo de muitos textos políticos.

Enfim: quem pode duvidar, a não ser os "convergentes" mais dogmáticos, que a estreiteza das bases políticas, teóricas e culturais da Convergência deveria se tornar em uma camisa de força para uma publicação tão indagativa e de vanguarda quanto Versus?

Em nome de tudo isto - e para assinalar uma ruptura com a proposta da Convergência - decidimos não lutar dentro de Versus, mas trabalhar com outros companheiros intelectuais, jornalistas, dirigentes políticos, religiosos (todos os que estejam empenhados em lutar contra a opressão instituída) pela criação de uma nova publicação. Não acreditamos em donos da verdade. Nem em propostas amplas que se transformam em propostas estreitas. Não é por aí que passa, de verdade a construção de um "amplo partido socialista". Nem de uma pátria justa.

Estamos na luta pela criação de uma nova revista, que será lançada nos próximos meses. E já temos o apoio de muitos jornalistas e outros companheiros que acreditam neste projeto. Através da imprensa, manteremos todos os nossos amigos informados sobre os passos que estamos dando. Entendemos que estamos agindo assim de uma forma inteiramente coerente com o espírito deste jornal chamado Versus, para o qual dedicamos tanto de nossos esforços. E do qual, hoje, decididamente, DIVERGIMOS.

Sao Paulo, 13 de agosto de 1978.

Marcos Faerman, diretor responsável e editor chefe
Mario Augusto Jacobskind, chefe da sucursal do Rio
Vitor Vieira, editor
Cecília Thompson, colaboradora
Claudio Willer, editor de poesia
Isabel Rodriguez, repórter
Reinaldo Cabral, Sucursal Rio
Evaldo Diniz, Sucursal Rio.



"Estes atentados lembram os vermes, pois eles temem a luz".

Em Salvador, 600 opositonistas fizeram uma manifestação de solidariedade ao EM TEMPO e repudiaram o terrorismo do GAC, MAC e CCC.

EM TEMPO dá prosseguimento à publicação das manifestações de solidariedade que tem recebido em virtude dos atentados e organismos para-militares de extrema-direita - GAC, MAC e CCC - cometeram contra as sucursais de Curitiba e Belo Horizonte. Durante um ato público realizado em Salvador, com a participação de 600 opositonistas, as ações terroristas foram repudiadas. Aqui, alguns dos pronunciamentos e notas lidas na ocasião.

Com a participação de quase 600 pessoas entre profissionais liberais, jornalistas e estudantes foi realizado no último dia 10 no auditório do Colégio da Mercês, em Salvador, um ato público de desagravo e solidariedade ao jornal **EM TEMPO** que teve as suas sucursais de Curitiba e Belo Horizonte invadidas e depredadas por grupos para militares de extrema - direita.

A tônica do ato público foi e a denúncia das ações terroristas entendidas, no plano mais geral, como atentados que visam intimidar e pressionar a oposição hoje no país, e também como uma saída desesperada dos grupos de direita frente à mobilização popular que hoje ocorre.

Por outro lado, a disposição de não se deixar intimidar e continuar na denúncia firme das torturas, fato que gerou as invocações, foi reafirmada pelo membro do Conselho Editorial e Administrativo do **EM TEMPO** e vice-agente da sucursal de Salvador, jornalista Emiliano José.

O ato público foi promovido por diversas entidades representativas do movimento de oposição em Salvador a exemplo daqueles que integram o Trabalho Conjunto de Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Diretório Central das Estudantes da Universidade Federal da Bahia.

Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, além do jornal **O TEMPO** e das sucursais do **EM TEMPO** e do **(MOVIMENTO)**. Entre entidades parlamentares estudantis e advogados foram feitos 19 pronunciamentos de solidariedade incluindo um documento assinado por 145 jornalista baianos.

Nas sombras do medo

Na oportunidade o presidente do núcleo da Bahia do Comitê Brasileiro pela Anistia sociólogo Jovinciano Carvalho, dirigindo-se aos acusados no listão das 233 torturadores. Estes atentados me lembram os vermes pois eles temem a Luz. Mas a Luz está revelando a história da repressão e da censura,

mas também está revelando a movimentação popular. Senhores torturadores, os senhores não estão mais em sigilo, esta lista vai circular e no dia dos pais ela pode aparecer aos olhos dos seus filhos. Hoje a união luta para que seja publicada a sentença de Vladimir Herzog, porque sabemos o que ela dirá: a sentença de Vladimir Herzog já foi dada pela opinião pública. Senhores torturadores, hoje os senhores estão respondendo à opinião, os responsáveis pela tortura estão respondendo a um processo a nós somos os juizes a força de vocês acusados é a do medo que se esconde na sombra pois a força da repressão não tem mais condições de aparecer a Luz do Sol.

Em nome da sucursal do jornal **Movimento** José Crisóstomo de Souza falou dos democratas que hoje são vítimas de atentados terroristas no país, atentados estes dirigidos a todos que se opõem ao estado de arbítrio vigente, a exemplo da Associação Brasileira de Imprensa, do bispo, Adriano Hipólito. Mas ressaltou que "a luta pela democracia tem de ser levada até o fim, tem que erradicar a anti democracia, pois a liberdade de imprensa também não está assegurada, pois a imprensa que se coloca ao lado dos democratas é vítimas dos atos de violência covarde. A imprensa alternativa é a imprensa do movimento popular e tem de encontrar sua garantia no movimento popular e não nas liberdades formais".

Lembrando que a Igreja também não tem sua consciência livre em relação a liberdade de expressão, mas que conta com setores que se coloca ao lado dos movimentos populares, o padre Claudio Perani, diretor do Centro de Estudos e Ação Social disse que estes setores da igreja também não atingidos "por estes grupos de direita e até pela Polícia como no caso do assassinato do padre Burnier e a proibição da entrada no país de padres e religiosos estrangeiros. Estes fatos revelam a grande fraqueza do regime e a força da oposição".

A lista de torturadores divulgada no **EM TEMPO**, foi reproduzida e distribuída com o compromisso da sua divulgação ampla. No final foi acalorada uma carta por todos os setores democráticos de Salvador em repúdio aos atentados terroristas.

CEAS: é preciso defender o exercício das liberdades democráticas.

No momento em que se fala de abertura, distensão, e particularmente do fim da censura à imprensa, assistimos a uma série de atos terroristas atingindo jornais conhecidos por sua luta pela democracia. Trata-se de invasões de depredações às sucursais dos jornais **EM TEMPO**, em Belo Horizonte, e ao **REPORTER**, do Rio. Organismos de extrema direita, que costumava agir impunemente, são os responsáveis por essas violências. Enquanto isso, a polícia prende em Brasília um jornalista do **EM TEMPO**.

O Centro de Estudos e Ação Social vem expressar publicamente seu repúdio a tais fatos, e reafirmar sua solidariedade aos companheiros atingidos, sabendo que mais do que nunca é necessário denunciar toda uma situação de arbítrio e violência e defender o exercício das liberdades democráticas.

Salvador, 4 de agosto de 1978

Claudio Perani
Diretor do CEAS, centro de Estudos de Ação Social

Só a eliminação do facismo por fim à sensação de medo

A medida que a hora da democracia se aproxima movimentam-se os seus inimigos inconformados, apelando para o desespero de atos violentos e violentadores da consciência democrática do nosso povo.

Essa é a manobra com que a Ala Jovem e a Comissão Executiva Regional do MDB da Bahia interpretam a ação de grupos terroristas de orientação fascista que investiram contra redação do jornal **EM TEMPO**, que representa, parte do pensamento independente de nossa sociedade.

Por assim pensar e julgar a ação desses inimigos da democracia, prestamos irrestrita solidariedade ao semanário atingido e reafirmamos a nossa certeza de que somente com a eliminação completa e definitiva do facismo em nosso país poderá se por um termo na sensação de medo e insegurança que tais atos produzem.

A liberdade de imprensa não pode ser apenas uma conquista de leis. Será preciso, para garanti-la, isolar e derrotar, na prática, os interesses escusos que se escondem por trás dessa ação terrorista.

Comissão Executiva Regional do MDB da Bahia e Coordenação da Ala Jovem

O desejo ardente de democracia deterá a repetição destes atos

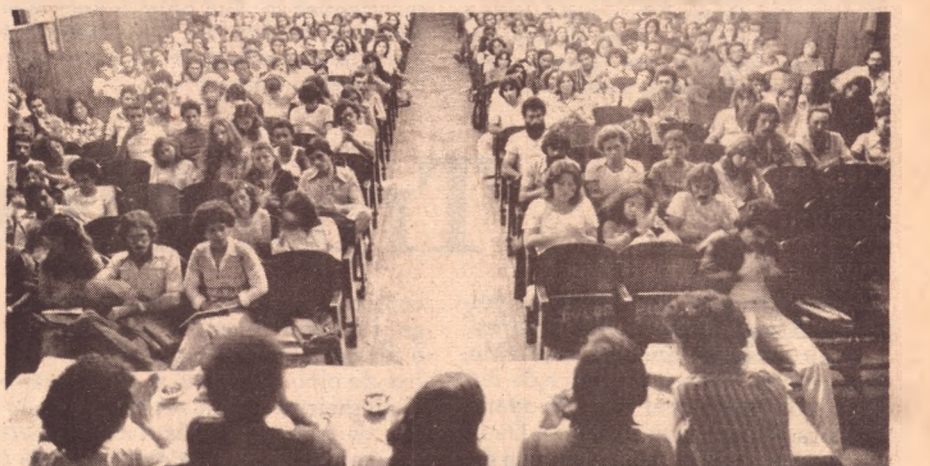
Nos setores democráticos da comunidade baiana, consideramos que os atentados terroristas de direita às sucursais do jornal **EM TEMPO** em Belo Horizonte e Curitiba, atingem toda a imprensa independente e a todos os setores que lutam pelas liberdades democráticas e pelo fim do regime repressivo que se abateu sobre o país em 1964.

Não estranhamos que isto volte a ocorrer exatamente no momento em que o **EM TEMPO** divulga uma lista de 233 torturadores, recordando os sentimentos de revolta da opinião democrática do país.

Outros jornais da mesma trincheira tem sofrido esse tipo de agressão, como o **Movimento, Repórter, Versus** e nesses casos pelas mãos da repressão do próprio governo. Isso comprova que a imprensa independente vive sob a pressão dos organismos paramilitares clandestinos e sob o fustigamento vigilante do próprio regime.

O terrorismo que se abate sobre a imprensa, a censura vigilante que ainda existe sobre a televisão e o rádio, não configuram um problema específico dos jornalistas. Atinge a todos os brasileiros que levantam sua voz contra a repressão e o arbítrio e pelas liberdades democráticas.

Assim, ainda está presente na nossa memória o atentado sofrido por Helena Greco, curujana presidente do Movimento Feminino



na pela Anistia de Minas Gerais. Ou, mais recentemente, a prisão de várias pessoas em Brasília que trabalha, pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Curiosamente, mas não por acaso, a repressão do regime e dos grupos militares clandestinos se atrai exatamente contra aqueles setores que mais consequentemente tem procurado levar a luta pela anistia para reincorporar no exterior, as dezenas de pessoas presas e algumas centenas impedidas de exercerem os seus direitos políticos, "exilados" dentro de sua própria terra.

Em Assembleia, reunidos neste dia 10 de agosto, em Salvador, manifestamos nossa mais irrestrita solidariedade ao jornal **EM TEMPO**, à toda imprensa alternativa e fazemos questão de enfatizar o mais veemente repúdio aos atos terroristas praticados pelos grupos militares clandestinos e pelo governo, visando evitar o livre exercício da profissão dos jornalistas e o livre funcionamento da imprensa alternativa.

Manifestamos também nossa solidariedade a todos aqueles que têm levado a luta por liberdades democráticas de modo corajoso e consequente, principalmente aqueles que

mais recentemente tem se batido de modo destemido pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Reafirmamos a exigência já formulada ao longo dos últimos anos. Que o governo apure de modo rigoroso tais atos criminosos porque o silêncio e o descanso que manteve até agora, evidenciam a sua mais deslavada conivência com os grupos para-militares clandestinos que se dedicam a intimidar os opositonistas mais combativos.

Por fim, afirmamos a nossa crença de que este não é mais o país do medo e que vai ser principalmente a luta dos setores populares, mobilizações como esta, e o desejo ardente de democracia que hoje toma conta da maioria da Nação, que fará com que esses atos não se repitam. E mais do que isso, será a organização e mobilização dos operários, dos estudantes, dos profissionais liberais, dos trabalhadores da cidade e do campo e das vastas camadas populares deste País que fará com que a luta pelas liberdades democráticas seja levada até o fim.

(Pronunciamento aclamado pela Assembleia do Ato Público do dia 10 de agosto, em Salvador.)

Semana que vem, tem mais manifestos de solidariedade, da Bahia.

ERRATA

Na última semana, um erro de revisão prejudicou a leitura de "Os equívocos da carta de Curitiba", documento da diretoria do jornal **EM TEMPO**/Editora Aparte, publicado nesta seção. No intertítulo "Liberdades Democráticas", onde se lê: "não emitim um aspecto decisivo do nosso projeto: as liberdades democráticas"; deve se ler: "não omitam um aspecto decisivo do nosso projeto: as liberdades democráticas".

RODOVIÁRIOS, PÉ NA TÁBUA!

Motorista e trocador de ônibus enfrentam diariamente um número elevado de horas no trânsito tumultuado do Rio de Janeiro. As condições de conforto, nível de ruído e temperatura dentro de um coletivo são as piores possíveis.

O próprio ônibus é projetado segundo normas - que atendem às características físicas do motorista alemão. Tendo estatura média inferior à do europeu, o motorista brasileiro tem que trabalhar com distâncias grandes entre o volante pedal e assento. Para alcançar o pedal do acelerador com facilidade ele precisa inclinar o assento para frente, o que lhe causa problemas de varizes, dores nas costas e hemorroidas.

Este problema é acentuado ainda mais pelo fato deles permanecerem sentados longas horas sobre um banco quente forrado de couro ou plástico. A alavanca de marchas dobrada, em lugar da vertical, acarreta problemas de coluna como desvio e "bico de papagaio". Além disso, o calor excessivo que o motor na frente transmite aos motoristas faz com que muitos percam os pelos da perna direita. A vibração no interior dos coletivos é responsável por problemas intestinais. As péssimas condições de trabalho culminam com fortes e constantes dores de cabeça que são os primeiros sintomas de problemas de desequilíbrio mental, que se caracteriza por uma intensa agressividade e pelo agravamento dos componentes epiléticos do indivíduo.

Para piorar ainda mais esta situação, existe o fato de o motorista e trocador não terem hora de almoço, o que acarreta elevado número de casos de úlceras na profissão. No momento, o interesse do empregador é manter os rodoviários trabalhando devido, entre outras coisas, ao déficit da mão-de-obra, e o interesse destes é trabalhar o maior número de horas possíveis - não há a possibilidade de hora de almoço ser paga. Como afirma um motorista, "a gente almoça dentro do ônibus para outro".

"a gente almoça dentro do ônibus, ou em pé no meio fio, com a marmita na mão. E tudo no intervalo de um ônibus para outro". No caso das mulheres na profissão a situação é mais precária ainda. Elas não contam com as mínimas condições de privacidade e higiene nos lavatórios. Pela inexistência de banheiros próprios, são obrigadas a compartilhar com os homens de mictórios em bares, botecoins e, o que é pior, casinhas-banheiros colocados por algumas empresas nos pontos finais.

Salários baixos

Além dos salários serem baixos eles sofrem uma série de reduções. O atual salário, já revisto no dissídio coletivo de 1978 e válido até o final do 1º semestre de 1979, é de Cr\$126,00 por dia para motoristas e Cr\$77,00 para trocadores. Para reduzir ainda mais estes salários, a categoria sofre uma contribuição anual de Cr\$200,00 para o sindicato, um imposto sindical anual correspondente a um dia de trabalho e uma "taxa sindical" de Cr\$35,00. Além destas despesas o trabalhador ainda tem outras: compra de uniforme, gastos diários e multas, descontadas diretamente no salário do rodoviário, o que é ilegal. Uma empresa só pode retirar do pagamento de um funcionário o que ele concordou em descontar (INPS, FGTS etc.).

Este problema das multas não é apenas o das infrações de trânsito. Existe um órgão vinculado à Prefeitura, o D.G.T.C., cuja função é fiscalizar os ônibus.

Este problema das multas não é apenas o das infrações de trânsito. Existe um órgão vinculado à Prefeitura, o D.G.T.C., Departamento Geral de Transportes Concedidos cuja função é fiscalizar os ônibus. Para os rodoviários, este órgão existe apenas para fiscalizá-los, deixando passar (sob su-

borno) irregularidades das empresas como condições do veículo, defeitos de freio, mistura da gasolina etc. Camisa

desabotoada, porta aberta fora do ponto, fumar em serviço, são multas emitidas pelo D.G.T.C. aos rodoviários que as atribuem a uma marcação, na realidade, decorre da necessidade do fiscal em apresentar serviço. Foi o que aconteceu com Julio Alves Pereira que recebeu este ano uma multa de Cr\$43,90 por haver fumado em serviço. Só que ele nunca fumou em sua vida. Na eventualidade da multa ser dada a uma empresa, esta tem todos os meios com que recorrer à sua aplicação, o que não se dá com os motoristas. Eles não dispõem de tempo para tal e ainda recebem as multas meses depois, quando não é mais possível fazer coisa alguma.

Hora extra e pagamento na mão

Mas existe uma infração maior, praticada também de forma generalizada. É a do pagamento efetivo de serviços prestados. Devido aos baixos salários que recebe, o motorista é obrigado a trabalhar horas extras. Em muitos casos, a hora-extra resume-se em pura e simples dobra no serviço, isto é, 16 horas seguidas. Parte desse problema explica-se pelas necessidades financeiras do empregado e, parte, pelo déficit de mão de obra existente na profissão. Como diz Sebastião Ataíde de Melo, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro: "É público e notório, segundo afirma o sindicato dos empregadores, que existe um déficit de 5.200 motoristas no Rio de Janeiro. Se os ônibus estão rodando normalmente, o serviço está sendo coberto por trabalho extra". Ocorre que as horas dobradas são pagas de forma totalmente irregular. A empresa paga as 8 horas de trabalho regulamentadas normalmente, mas, o restante é pago "na mão". Assim a empresa lesa o Estado e o trabalhador. Em relação ao primeiro, deixa de pagar o INPS, PIS e o FGTS. Em relação ao segundo, o trabalhador é prejudicado nos seus interesses trabalhistas: não recebe a hora-extra devida e se aposenta com bem menos do que teria direito.

"O sindicato não ajuda em nada"

"Desde 1964 o sindicato passou a ser um órgão mais administrativo. Administra, pede ao Ministério do Trabalho, mas o Ministério nunca aprova uma petição dele. Então, o sindicato não tem mais autoridade".

Esta declaração de um sindicalizado mostra a visão que muitos rodoviários têm do próprio sindicato. Não acreditam que trave qualquer luta no sentido de melhores condições de trabalho e aumento salarial acima do decretado pelo governo.

O próprio presidente, Sebastião Ataíde de Melo, afirma que "a partir de 1966, com a lei 4330, lei de greve e o decreto 15 que criou a lei de arrocho salarial o sindicato perdeu a sua essência de luta e passou a ser um órgão de assistência social".

Concorda que haja descrédito dos trabalhadores em relação ao sindicato: 15.000 para 180.000 rodoviários. No entanto, ao invés de reconhecer que tal descrédito e o consequente pequeno número de sindicalizados acontece por causa das limitações da atuação do sindicato, ele os atribui "à falta de consciência de classe do rodoviário". "Existem alguns que defendem uma campanha de sindicalização. Eu sou contra porque acho que o sindicato depende de uma consciência classista. Não adianta chegar em determinado local de trabalho e fazer uma propaganda de associar o elemento. Não é com 15 minutos de conversa que irei conscientizá-lo. E o próprio associado que deve mostrar aos seus colegas de trabalho a necessidade de uma sociedade que os ampare".

Esta, no entanto, não é a posição de João Alves de Lima, ex-secretário geral do sindicato, em 1964, que não acredita na falta de conscientização classista como causa do descrédito dos rodoviários. Segundo ele, os rodoviários encontram no sindicato apenas um pouco mais que a assistência social do I.N.P.S. Daí a falta de interesse em serem sindicalizados.

Assistência

Atualmente o sindicato oferece uma assistência médico-odontológica, jurídica e uma colônia de férias em Miguel Pereira. A diária na colônia custa mais do que ganha um rodoviário por dia. Quanto à assistência médica, Ataíde diz que é também uma forma de contestação porque "o motorista não conseguindo uma dispensa de trabalho do médico do INPS, pode receber o atestado por parte do médico do sindicato. Assim, está contestando o sistema".

Ao que se refere a tornar o sindicato mais reivindicante e representativo, aumentando o número de sócios, João Alves de Lima diz que não é de interesse da diretoria porque ela poderia ser questionada politicamente. Explica que o sindicato já recebe uma quantia vultosa dos 20% obtidos sobre os aumentos de salários, paga por toda a categoria. "A verba conseguida já é suficiente para manusearem a vontade".

Quanto aos abusos das empresas em relação ao não cumprimento de vários artigos da CLT (acórdão, "bife", etc.), o sr. Ataíde alega que nada pode fazer porque "tem as mãos atadas".

Segundo a oposição, existem lutas que o sindicato poderia travar e não o faz. Há luta por melhores condições de trabalho, pelas questões específicas da mulher e do menor, pela correspondência entre o aumento da tarifa e o aumento salarial e pela reposição salarial. Todas, principalmente a última, tornariam o sindicato mais atuante. E os trabalhadores seguiriam ampliando suas conquistas sendo reorganizados pelo sindicato. Por essas e outras é que os rodoviários não sentem a entidade atuante na luta por melhores salários e condições de trabalho. Como disse um motorista: "O que vou fazer no sindicato? E comprado por eles. Os patrões mandam mais no nosso sindicato que nós próprios".

Entrevista com Sebastião Ataíde EM TEMPO - Por que a maioria dos rodoviários não se sindicaliza?

ATAÍDE - O rodoviário, em si, já traz um pecado de nascença. A primeira ilusão que se cria na mente dele é que um dia se tornará empresário irá comprar um carro e montar uma empresa. O rodoviário é muito individualista. Pensa nele somente e isso desestimula a ideia classista.

O sindicato mandou um documento para o presidente Geisel. O sr. poderia falar do seu conteúdo?

Pedimos que, dentro dessas aberturas democráticas, seja dada também a liberdade sindical. A atual legislação sindical atrapalha o sindicato com normas ministeriais. Precisamos de maior liberdade de ação.

Como foi feito o documento? Foi elaborado após uma assembleia?

Não. É um documento simples que não caberia a apreciação de uma assembleia porque, então, seria uma assembleia política. E nós não sabemos o que poderia ocorrer na discussão e por lei, é proibido o sindicato participar politicamente. Por isso, é um documento individualista.

O sr. é a favor do direito de greve?

Sou, embora acho que nós, rodoviários, nunca devemos fazê-la. A greve de transporte não prejudica apenas o empregador, mas toda a coletividade, envolvendo muita gente. Espero que os rodoviários nunca precisem fazer uma greve.

(Fernando de Moraes Sérgio Wequelin)

Motoristas e trocadores de ônibus enfrentam uma jornada de trabalho insuportável no trânsito tumultuado do Rio de Janeiro. Barulho exasperante, calor excessivo perto do motor e a vibração do interior do coletivo, as vezes 16 horas seguidas sem parar para almoço, provocam doenças físicas e psicológicas. Para receber descontos e multas. A situação de vida dos rodoviários cariocas e um quadro dos sindicalismo da categoria estão nesta reportagem.



TRABALHO				CARRO DIRETO			
PARIA	PREMIO	MOT.	COB.	PARIA	PREMIO	MOT.	COB.
1.300,00	15,00	10,00	5,00	1.430,00	15,00	10,00	5,00
1.500,00	18,00	12,00	6,00	1.560,00	18,00	12,00	6,00
1.700,00	21,00	14,00	7,00	1.700,00	21,00	14,00	7,00
1.800,00	24,00	16,00	8,00	1.800,00	24,00	16,00	8,00
1.950,00	27,00	18,00	9,00	1.950,00	27,00	18,00	9,00
2.000,00	30,00	20,00	10,00	2.000,00	30,00	20,00	10,00
2.200,00	33,00	22,00	11,00	2.200,00	33,00	22,00	11,00
2.400,00	36,00	24,00	12,00	2.400,00	36,00	24,00	12,00
2.500,00	39,00	26,00	13,00	2.500,00	39,00	26,00	13,00
2.600,00	42,00	28,00	14,00	2.600,00	42,00	28,00	14,00
2.700,00	45,00	30,00	15,00	2.700,00	45,00	30,00	15,00
2.800,00	48,00	32,00	16,00	2.800,00	48,00	32,00	16,00
2.900,00	51,00	34,00	17,00	2.900,00	51,00	34,00	17,00
3.000,00	54,00	36,00	18,00	3.000,00	54,00	36,00	18,00
3.100,00	57,00	38,00	19,00	3.100,00	57,00	38,00	19,00
3.200,00	60,00	40,00	20,00	3.200,00	60,00	40,00	20,00
3.300,00	63,00	42,00	21,00	3.300,00	63,00	42,00	21,00
3.400,00	66,00	44,00	22,00	3.400,00	66,00	44,00	22,00
3.500,00	69,00	46,00	23,00	3.500,00	69,00	46,00	23,00
3.600,00	72,00	48,00	24,00	3.600,00	72,00	48,00	24,00
3.700,00	75,00	50,00	25,00	3.700,00	75,00	50,00	25,00

O "bife" é um prêmio oferecido pelas empresas aos trocadores e motoristas para que consigam o maior número de passageiros por dia. O motorista, assim, dirige velozmente e ultrapassa seus colegas de empresa para atingir o maior "bife" possível. Esta é uma das razões do alto número de acidentes com coletivos.

MULTA POR "MARCAÇÃO"
O D.G.T.C. multou o motorista Júlio Alves Pereira por haver fumado em serviço. No caso deste motorista, ele nunca fumou em sua vida.

Trambiques à brasileira no Iraque

Embalado pela promessa de voltar ao Brasil "com muitos dólares" e a situação financeira resolvida, Amyzomar Xavier, armador de ferro, viajou junto com mais 65 operários brasileiros para o Iraque. Os 66 foram contratados pela empresa carioca Esusa - Engenharia e Construções S/A, que juntamente com a empresa paulista Alfredo Mathias constrói dois hotéis para o governo daquele país.

Na semana passada, menos de um mês após ter viajado, Amyzomar voltou ao Brasil, desiludido com as promessas e denunciando dificuldades e irregularidades que sofreu. A principal acusação do operário: No dia do embarque, todos os 66 operários foram levados a uma agência do Banco Itaú onde "compraram" 1 mil dólares cada um, mas a cor desse dinheiro eles nunca viram.

"Nós todos estávamos no escritório da Esusa e um funcionário da empresa nos levou para o banco. Lá todos nós assinamos um documento como se tivéssemos comprado esses dólares. Ficou todo mundo muito alegre, achando que já era pagamento, como eles tinham prometido, mas o dinheiro ficou com a companhia".

Mas não foi apenas a utilização dos operários para a compra ilegal de dólares que revoltou Amyzomar. "A comida lá era sempre igual - enfiado de carne e arroz e macarrão

com açúcar, além disso eramos vigiados por 6 "mestres", 4 brasileiros e dois estrangeiros que tavam sempre de olho na gente. A gente via os engenheiros e mestres comerm bifes, ovos, boa comida e nós sempre com aquilo e isso ia desgostando a gente".

"Um dia, contou Amyzomar, um companheiro bebeu lá uma bebida árabe e ficou meio alto, mas não fez bagunça nem nada. Logo veio um dos mestres e ameaçou bater nele se ele não se comportasse. Ele resolveu ir para a rua e acabou sendo preso".

Com a prisão do colega, que foi levado à Embaixada brasileira no Iraque, o Embaixador - Mario Lourenço Dias - resolveu visitar a obra e terminou denunciando que os operários brasileiros recebiam menos do que os iraquianos e explicou "que nós deveríamos ganhar mais, já que éramos estrangeiros".

"Isso deixou a gente mais chateado ainda. Tinham prometido resolver nossos problemas de dinheiro, pagar horas extras e respeitar nossas funções. Chega lá não tem hora extra, o salário era pequeno e todos nós fomos obrigados a trabalhar com pá e picareta, ao invés de nossas funções mesmo. Eu não tenho nada contra esse trabalho, mas fui contratado como armador de ferro e queria trabalhar com minha função e receber as horas extras que prometeram. Depois a gente ainda des-

As andanças do operário Amyzomar Xavier, um dos 65 contratados pela empresa carioca Esusa para trabalhar na construção de hotéis no Iraque. Suas denúncias: foram envolvidos sem saber, numa operação de compra ilegal de dólares, comiam mal, recebiam menos que os iraquianos, faziam serviços fora do que o contrato exige, e ainda por cima não recebiam as horas extras. Amyzomar Xavier reclamou e foi mandado de volta ao Brasil. A Esusa planeja levar 500 operários brasileiros para o Iraque.

cobre que ganha menos que os trabalhadores de lá".

Amyzomar explicou que ele e mais 33 companheiros resolveram parar e reivindicar aumento de salário e comida melhor. "Como eu era um dos que mais falava me tiraram pra Tiradentes e me mandaram de volta para o Brasil. Os companheiros que pararam comigo nem sabem que eu saí de lá e foram todos separados pra acabar com o protesto". Amyzomar foi então mandado para o Brasil com a passagem, três dólares no bolso e um bilhete em francês que dizia - Para ir ao Aeroporto de Orly.

"Quando eu disse que podia me perder na viagem, o pessoal da empresa disse que esse bilhete resolvia qualquer problema. Agora eu mal falo português, como é que eu ia me entender em francês?".

Tão logo chegou ao Rio de Janeiro,

Amyzomar procurou a Delegacia Regional do Trabalho para fazer as denúncias.

Através da DRT, ele conseguiu alojamento no Albergue João XXIII e um emprego como vigia. Além disso muitas promessas de que todas as irregularidades serão investigadas. Na terça-feira dia 9) o Delegado Regional do Trabalho Luis Carlos Brito, convocou um representante da empresa e o operário para esclarecer o caso. Amyzomar explicou que durante mais de uma hora ele esperou, "escondido da imprensa", enquanto o Delegado e Ricardo Oscheneek, coordenador internacional da Esusa e superintendente do consórcio, conversavam.

Depois entrevistado pelos repórteres presentes, Oscheneek negou que a alimentação fosse ruim - "Se dessem caviar para os operários eles não iam gostar" - e afirmou que o

consórcio pretende mandar um cozinheiro e comida do Brasil para o Iraque. "assim eles não vão estranhar o tempero". Quanto aos salários, Oscheneek disse que eles são maiores do que o salário mínimo iraquiano e variam de Cr\$ 3 mil a Cr\$ 20 mil, de acordo com a função.

Ricardo Oscheneek disse também que de agora em diante a empresa mandará grupos menores, "para evitar problemas de adaptação", afirmou que pretende investigar quem ficou com os 66 mil dólares, "pode ter sido alguém da empresa" e ironizou as agruras do operário: "nós gastamos quase Cr\$ 50 mil com ele, entre exames médicos e passagem e trouxemos ele de volta conforme havíamos prometido a todos os que desistissem, agora ele mesmo me disse que queria era frequentar os bordéis de lá".

Ricardo Oscheneek afirmou ao Delegado Regional do Trabalho segundo Amyzomar, que o Embaixador brasileiro só se mostrou revoltado com os salários pagos aos operários, "porque é representante de outra empresa". Aos repórteres Oscheneek disse que o embaixador deu uma informação errada e que os operários reclamaram porque foram

incitados por um dos intérpretes do consórcio. "Esse intérprete deu um trambique na empresa, ele se aproveitou da isenção para ir para Londres, onde foi fazer um curso de margulho. Como ele queria ser demitido, ele agitou os trabalhadores dando informações erradas".

Por outro lado, Amyzomar afirmou que o intérprete era o único amigo dos operários. "Ele era brasileiro mesmo e olhava pela gente. Os outros nos ignoravam completamente". Amyzomar explicou que para viajar vendeu uma casa que tinha e como não tem família no Rio, ficou sem ter para onde ir. "Eu tenho 38 anos e já sofri muito, por isso eu não me calo mais. Os outros operários que não quiseram se juntar a gente são uns covardes e preferiram ficar quietinho naquelas condições a ter problemas".

O consórcio Esusa/Alfredo Mathias foi contratado pelo governo do Iraque em concorrência internacional para construir dois hotéis - um em Bagdad e o outro em Basrah - O empreendimento envolve 30 milhões de dólares e deverá levar cerca de 500 operários brasileiros ao exterior. Amyzomar fez parte do primeiro grupo. (Fabio Julio)

EM TEMPO: